REVISTA TÓPICOS
ISSN 2965-6672 | Qualis A2

A IMPORTÂNCIA DAS BOLSAS E AUXÍLIOS EDUCACIONAIS NA FIXAÇÃO DE ESTUDANTES DE BAIXA RENDA NOS INSTITUTOS FEDERAIS

THE IMPORTANCE OF EDUCATIONAL GRANTS AND STUDENT AID FOR THE RETENTION OF LOW-INCOME STUDENTS IN BRAZILIAN FEDERAL INSTITUTES

Ciências Humanas • 28/11/2026

REGISTRO DOI: 10.70773/revistatopicos/795723834

Jozafá Batista do Nascimento[1]

RESUMO

A permanência de estudantes de baixa renda nos Institutos Federais depende de condições materiais, pedagógicas e institucionais que superam a gratuidade da matrícula. Este estudo objetiva analisar criticamente a importância de bolsas e auxílios educacionais para enfrentar obstáculos à continuidade e à conclusão dos cursos. Realizou-se pesquisa bibliográfica e documental de abordagem qualitativa, com revisão narrativa de estudos recentes e análise da Política Nacional de Assistência Estudantil, instituída pela Lei nº 14.914/2024. A literatura indica que apoios para transporte, alimentação, moradia e materiais podem reduzir barreiras cotidianas, mas seus resultados dependem de cobertura, regularidade, suficiência, acolhimento e acompanhamento acadêmico. Pesquisas sobre Institutos Federais, incluindo o Instituto Federal do Acre, destacam a necessidade de articular assistência e política pedagógica, bem como dificuldades de monitoramento. Conclui-se que bolsas e auxílios constituem instrumentos relevantes de inclusão educacional, embora sua contribuição para a redução da evasão deva ser avaliada por indicadores longitudinais e métodos sensíveis às desigualdades entre estudantes e territórios.

Palavras-chave: Assistência Estudantil; Permanência Escolar; Institutos Federais; Desigualdade Socioeconômica; Educação Profissional e Tecnológica.

ABSTRACT

The retention of low-income students in Brazilian Federal Institutes depends on material, pedagogical, and institutional conditions beyond tuition-free enrollment. This study critically examines the importance of educational grants and student aid in addressing barriers to course continuation and completion. A qualitative bibliographic and documentary investigation was conducted,

combining a narrative review of recent research with an analysis of the National Student Assistance Policy enacted by Law No. 14,914/2024. The literature suggests that support for transportation, food, housing, and learning materials may reduce everyday obstacles, but its effectiveness depends on coverage, timeliness, adequacy, student support, and academic follow-up. Studies conducted in Federal Institutes, including the Federal Institute of Acre, highlight the need to integrate financial assistance with educational policies and identify shortcomings in monitoring arrangements. The article concludes that grants and student aid are relevant instruments of educational inclusion, while their contribution to dropout prevention requires longitudinal indicators and analytical methods sensitive to differences between students and territories.
Keywords: Student Financial Aid; Student Retention; Federal Institutes; Socioeconomic Inequality; Vocational and Technical Education.

1. INTRODUÇÃO

A democratização do acesso à educação profissional e tecnológica não se esgota na abertura de vagas. Para estudantes de baixa renda, o ingresso em um Instituto Federal costuma inaugurar um percurso de exigências materiais e acadêmicas que precisam ser suportadas ao longo de vários semestres: deslocamentos regulares, alimentação fora do domicílio, aquisição de materiais, conectividade, participação em atividades laboratoriais e organização do tempo de estudo. Embora a gratuidade do ensino elimine a cobrança de mensalidades, não elimina os custos privados da escolarização. Daí a relevância de investigar como bolsas e auxílios estudantis se relacionam à possibilidade concreta de permanecer e concluir a

formação. A expressão fixação estudantil, utilizada no título, é tomada como permanência livre e qualificada, e não como mera conservação estatística de matrículas (Soares; Amaral, 2022; Sousa; Araujo, 2026).

Os Institutos Federais associam educação básica, educação profissional e educação superior, com oferta multicampi e forte presença em regiões distantes dos grandes centros. Essa configuração amplia oportunidades, mas também faz emergir desigualdades territoriais: a distância entre casa e campus pode exigir transporte intermunicipal, a oferta de trabalho juvenil pode competir com o horário escolar e a estrutura familiar pode não dispor de recursos para custear refeições ao longo do dia. O êxito educacional depende, nessas circunstâncias, de condições institucionalmente criadas para que a vaga pública seja utilizável. Estudos sobre expansão da Rede Federal e trajetórias populares indicam que acesso, permanência e conclusão precisam ser analisados de maneira articulada, sem atribuir a interrupção dos estudos apenas à motivação individual (Daros, 2023; Moraes, 2023).

A assistência estudantil constitui uma resposta pública à diferença entre igualdade formal de matrícula e igualdade substantiva de oportunidades. Transferências monetárias, subsídios para transporte, alimentação, moradia e outros apoios podem diminuir a exposição imediata do estudante a eventos financeiros capazes de interromper seu percurso. Entretanto, a concessão do benefício não deve ser confundida automaticamente com o efeito final sobre a conclusão de curso: qualidade do ensino, acolhimento, práticas pedagógicas, saúde mental, vínculos comunitários e organização curricular também influenciam a trajetória. O desafio científico reside em compreender os mecanismos pelos quais o apoio atua, as condições

que limitam seu alcance e as formas rigorosas de avaliar sua contribuição (Silva; Sampaio, 2022; Santos; Mauerberg Junior, 2025).

A Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024, instituiu a Política Nacional de Assistência Estudantil e fortaleceu juridicamente a relação entre assistência e direito à permanência na educação superior e profissional pública federal. O texto legal contempla uma arquitetura de programas que abrange, entre outros eixos, bolsas de permanência, alimentação, moradia, transporte e atenção à saúde mental. Essa ampliação normativa não implica que todas as ações estejam implementadas homogeneamente em cada campus, tampouco que a disponibilidade orçamentária acompanhe imediatamente toda a demanda. Ao lado da lei, alterações nas políticas de ações afirmativas ampliam a importância de observar o que acontece depois do ingresso, especialmente no caso de estudantes que acumulam desigualdades de renda, raça, território e deficiência (Brasil, 2023; Brasil, 2024).

No Instituto Federal do Acre, pesquisas documentais e estudos sobre o Campus Rio Branco oferecem contribuição relevante ao debate. Barbosa e Lobão (2023) analisaram a trajetória institucional da assistência estudantil, destacando reformulações normativas e a intenção de apoiar estudantes cotistas. Barbosa, Lobregat e Lobão (2024) examinaram taxas de permanência e êxito em cursos do ensino médio integrado, ressaltando que democratizar o ingresso não assegura, isoladamente, a conclusão. Barbosa e Lobregat (2024), por sua vez, identificaram limites no planejamento e na articulação entre políticas de assistência e acompanhamento acadêmico. Esses trabalhos tornam possível discutir a relação entre auxílio e trajetória sem apresentar o IFAC como se fosse representativo, por si só, de todos os Institutos Federais.

A literatura recente registra resultados e interpretações convergentes, mas nem sempre equivalentes. Pesquisa com estudantes de cursos técnicos integrados do Instituto Federal da Paraíba encontrou percepção favorável à contribuição dos auxílios financeiros para continuar estudando; revisão integrativa sobre Institutos Federais também destaca alimentação, transporte e renda como dimensões importantes. Tais evidências sustentam a relevância das medidas, porém uma percepção positiva não equivale a estimativa causal de redução da evasão. Diferenças de método, população, tempo de acompanhamento, regras de elegibilidade e formas de financiamento dificultam comparações diretas. Uma análise cuidadosa precisa reconhecer essas limitações ao propor melhorias de política pública (Januário; Geglio, 2025; Costa *et al.*, 2026).

O problema que orienta este artigo é compreender de que modo bolsas e auxílios educacionais contribuem para a permanência de estudantes de baixa renda nos Institutos Federais e quais condições institucionais, territoriais e pedagógicas modulam essa relação. O objetivo geral consiste em analisar criticamente o papel da assistência financeira e dos apoios correlatos na redução de barreiras à continuidade escolar. Especificamente, pretende-se examinar seus fundamentos normativos, identificar mecanismos de proteção diante de vulnerabilidades materiais, discutir limites de cobertura e seleção, comparar experiências descritas na produção recente e propor indicadores de monitoramento compatíveis com o caráter multifatorial da permanência estudantil. O estudo adota perspectiva bibliográfica e documental, sem apresentar resultados de pesquisa de campo não realizada.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA OU REVISÃO DA LITERATURA

A discussão teórica organiza-se em torno de uma distinção central: a permanência escolar é um direito realizado por processos sociais, pedagógicos e institucionais, não apenas um estado administrativo de matrícula. A assistência estudantil, por sua vez, integra o conjunto de condições que tornam possível continuar frequentando a escola e participar efetivamente da formação. Essa relação precisa ser compreendida à luz das especificidades da Rede Federal, da diversidade de públicos atendidos e das transformações recentes no marco legal. A revisão discute, portanto, fundamentos de justiça educacional, instrumentos financeiros de proteção, condições de governança e limites das avaliações disponíveis (Soares; Amaral, 2022; Zanotelli; Fischer, 2026).

2.1. Permanência, Êxito e Direito Social à Educação

A matrícula é uma condição necessária para o exercício do direito à educação, mas não é suficiente para garanti-lo. Um estudante que comparece regularmente às aulas, porém não consegue adquirir alimentos, dispõe de conexão digital instável ou precisa faltar para realizar trabalho remunerado, está formalmente incluído e materialmente condicionado por obstáculos que afetam seu processo formativo. A noção de permanência exige, por isso, examinar frequência, aprendizagem, participação nas atividades, progressão curricular e possibilidade de conclusão em condições dignas. Em vez de tratar a evasão como falha moral ou escolha isolada, o enfoque social identifica combinações de fatores que produzem trajetórias educacionais desiguais. Essa perspectiva dialoga com análises da permanência nos cursos técnicos e com o debate sobre êxito no ensino médio integrado (Moraes, 2023; Souza; Vieira, 2025).

A perspectiva de direito social orienta uma análise não assistencialista das bolsas e dos auxílios. A política não representa favor concedido a estudantes considerados incapazes, mas mecanismo institucional para compensar desigualdades concretas que se manifestam no acesso a bens essenciais à escolarização. Isso não elimina a importância de critérios públicos de elegibilidade, transparência e avaliação; ao contrário, torna sua qualidade ainda mais relevante, pois recursos mal alocados ou editais pouco compreensíveis podem reproduzir exclusões. A diferença entre proteção efetiva e procedimento meramente burocrático aparece nas pesquisas sobre operacionalização de estudos socioeconômicos, que apontam tensões entre a identificação da vulnerabilidade e a simplificação administrativa dos processos seletivos (Goin; Miranda, 2022).

A permanência não se mede apenas pelo número de estudantes que não abandonaram oficialmente o curso. Quando a instituição registra um estudante como matriculado, mas suas condições de participação são precárias, a informação administrativa pode ocultar dificuldades que aparecerão mais adiante como repetência, trancamento ou atraso de conclusão. A distinção entre permanência formal e permanência substantiva reforça a necessidade de combinar indicadores de vínculo, aproveitamento, apoio recebido e experiência estudantil. Revisão sistemática sobre políticas de permanência na educação superior demonstra a multiplicidade dos resultados considerados na literatura, incluindo evasão, desempenho e tempo de conclusão, e recomenda cautela na comparação de estudos com desfechos diferentes (Silva; Sampaio, 2022).

Também importa considerar o projeto de formação desenvolvido pelos Institutos Federais. A proposta do ensino médio integrado

articula educação geral, cultura, ciência, tecnologia e trabalho, buscando superar uma dualidade histórica que destinou a alguns grupos uma escolarização ampla e a outros uma preparação estreita para funções produtivas. Se o estudante de baixa renda precisa abandonar atividades culturais, de pesquisa ou extensão para custear despesas de sobrevivência, sua experiência institucional torna-se desigual mesmo que conclua o curso. Auxílios e bolsas podem proteger o tempo necessário à formação integral, mas somente quando associados a organização curricular inclusiva e oportunidades de participação acadêmica (Cardoso *et al.*, 2025; Oliveira; Correa Filho, 2026).

O indicador de êxito precisa refletir a heterogeneidade de cursos e trajetórias. Nos cursos técnicos integrados, o vínculo escolar coincide frequentemente com a adolescência e com a dependência financeira familiar; nos cursos subsequentes, pode coexistir com jornadas de trabalho; no ensino superior, mudanças de cidade e encargos habitacionais tornam-se mais frequentes. Uma mesma bolsa mensal assume sentidos distintos nesses contextos. A instituição deve avaliar a adequação da modalidade de apoio à realidade do público atendido, sem transpor mecanicamente critérios e resultados de um nível de ensino para outro. Evidências sobre conclusão no ensino superior e sobre a transição escolar no ensino médio integrado mostram que a temporalidade da trajetória modifica vulnerabilidades e necessidades (Nierotka; Bonamino, 2023; Câmara; Duarte; Anjos, 2026).

2.2. Marco Normativo e Institucionalização da Assistência Estudantil

A aprovação da Lei nº 14.914/2024 representa uma mudança relevante no estatuto jurídico da assistência estudantil, ao instituir uma política nacional voltada à permanência e à conclusão de cursos em instituições federais. O texto legal reúne programas específicos e explicita uma finalidade que ultrapassa a concessão isolada de parcelas monetárias. Para a Rede Federal, sua leitura deve considerar os cursos presenciais de educação profissional técnica de nível médio e os de graduação contemplados nas disposições pertinentes. Não é metodologicamente adequado concluir que a simples promulgação da lei tenha produzido aumento nacional da taxa de conclusão; a implementação depende de regulamentação, orçamento, capacidade administrativa e monitoramento de resultados (Brasil, 2024a).

A política nacional dialoga com o aperfeiçoamento das ações afirmativas. A Lei nº 14.723/2023 alterou critérios relativos às reservas de vagas e reforçou a necessidade de pensar o acesso de grupos historicamente desfavorecidos. Porém, a seleção de estudantes segundo condições de ingresso e a definição de quem recebe auxílio são processos distintos. Um estudante cotista pode não necessitar do mesmo tipo de benefício que outro, assim como estudantes fora de determinada modalidade de cota podem apresentar vulnerabilidade material significativa. A gestão precisa estabelecer critérios de avaliação socioeconômica que sejam juridicamente fundamentados, transparentes e sensíveis a condições concretas de vida, evitando que as categorias administrativas apaguem diferenças relevantes entre os estudantes (Brasil, 2023; Almeida; Oliveira, 2026).

Na prática institucional, o desenho dos programas envolve editais, cronogramas, estudo socioeconômico, canais de recurso,

mecanismos de prestação de contas, forma de pagamento e acompanhamento. Esses componentes são frequentemente tratados como detalhes de operação, mas definem a capacidade da política de chegar a quem dela precisa no momento oportuno. Um auxílio aprovado apenas depois que o estudante acumulou faltas, dívidas de transporte ou dificuldades alimentares pode ter eficácia reduzida. Inversamente, procedimentos simples e bem comunicados podem melhorar a previsibilidade, desde que não eliminem as verificações necessárias à justiça distributiva. A análise dos processos seletivos deve, portanto, reconhecer a tensão entre controle, acessibilidade e proteção de direitos (Goin; Miranda, 2022; Barbosa; Lobregat, 2024).

O debate sobre a democratização da educação no Brasil e no Instituto Federal do Piauí contribui para situar a assistência estudantil como política de permanência vinculada à ampliação de oportunidades, não apenas como repasse monetário. Essa perspectiva complementa a discussão institucional do Acre e reforça a importância de examinar a política em diferentes unidades da Rede Federal, sem supor que os contextos sejam intercambiáveis (Pereira; Silva, 2023).

A reorganização recente do ensino médio e da educação profissional acrescenta novos elementos de contexto ao debate sobre permanência. As alterações legais de 2024 precisam ser examinadas em relação a currículo, tempo escolar e oportunidades de formação, sem converter a assistência em compensação automática de problemas pedagógicos. A trajetória das políticas da Educação Profissional e Tecnológica revela contradições entre expansão, regulação e projetos de formação humana integral. Essas transformações afetam as condições concretas da oferta, razão pela

qual políticas de apoio devem dialogar com decisões curriculares e com as necessidades dos estudantes, em vez de se restringirem a critérios financeiros desconectados da escola (Brasil, 2024b; Oliveira; Silva, 2025; Caridá; Lima Filho, 2025).

A trajetória da assistência estudantil no IFAC ilustra que a institucionalização ocorre por sucessivas regulamentações e decisões de gestão. Barbosa e Lobão (2023) mostraram a importância de examinar documentos locais para compreender objetivos, público prioritário e mudanças no repertório de ações. Em investigação posterior, Florencio e Lobregat (2026) retomaram aspectos históricos e políticos da política no campo da Educação Profissional e Tecnológica, evidenciando que avanços formais convivem com limites estruturais e disputas de prioridade. Esses estudos indicam que normas internas precisam ser lidas em relação às condições de execução, sem confundir intenção declarada com benefício efetivamente recebido pelos estudantes.

A comparação entre instituições é útil desde que respeite a autonomia institucional e as diferenças regionais. Editais de auxílio permanência, como os publicados em 2024 pelo Instituto Federal do Pará, explicitam modalidades voltadas a despesas de alimentação, deslocamento, moradia, saúde, cuidados e apoio pedagógico. A existência dessas categorias documenta uma concepção ampliada de necessidade estudantil, mas seus valores e critérios variam entre campi e períodos. Não seria rigoroso tomar o montante de uma unidade como piso nacional ou indicador suficiente de cobertura. O desenho federativo da política exige coordenação central de informações e espaço para adaptação às realidades territoriais das instituições (Instituto Federal do Pará, 2024; Brasil, 2024).

No plano de governança, a política somente pode ser avaliada quando os dados necessários são produzidos de modo comparável e contínuo. Santos e Mauerberg Junior (2025), ao examinarem o monitoramento da assistência estudantil em cinco Institutos Federais, apontaram a ausência de um sistema estruturado dedicado aos efeitos da política e a predominância de práticas orientadas ao controle administrativo. Esse achado é relevante porque a prestação de contas financeira informa quanto foi executado, mas não explica, sozinha, quais barreiras foram reduzidas ou como os estudantes utilizaram o benefício. A consolidação de indicadores deve articular recursos, acesso, experiência e trajetórias, com respeito à proteção de dados pessoais.

2.3. Vulnerabilidade Socioeconômica Como Condição Multidimensional

A renda familiar per capita é uma variável relevante, mas não expressa integralmente a vulnerabilidade estudantil. Famílias com renda semelhante podem enfrentar custos muito diferentes conforme o número de dependentes, a presença de pessoa com deficiência, gastos com medicamentos, deslocamentos longos e disponibilidade de serviços públicos. Uma política de auxílios que utilize apenas limiar monetário corre o risco de subestimar despesas extraordinárias e desconsiderar barreiras de acesso a direitos. Isso recomenda avaliações socioeconômicas tecnicamente fundamentadas e critérios objetivos para identificar situações urgentes, sem impor ao estudante procedimentos invasivos ou prova permanente de sua condição de pobreza. O estudo social deve produzir compreensão contextual, não transformar o benefício em mecanismo de exposição desnecessária (Goin; Miranda, 2022; Sousa; Araujo, 2026).

A vulnerabilidade também apresenta dimensão temporal. Um estudante pode ingressar em condição financeira relativamente estável e enfrentar desemprego familiar, doença, mudança de domicílio ou rompimento de vínculos durante o curso. Editais anuais rígidos tendem a responder mal a esses eventos quando não há mecanismos de auxílio emergencial ou revisão de situação. A permanência, porém, depende da capacidade de absorver choques no momento em que ocorrem; dificuldades temporárias podem ter efeitos cumulativos sobre faltas, aprendizagem e vínculos escolares. O planejamento institucional deveria combinar procedimentos regulares de seleção com portas de entrada para mudanças abruptas de renda ou cuidado, observando a proteção de dados e a disponibilidade orçamentária (Oliveira, 2026; Santos; Mauerberg Junior, 2025).

O território diferencia o custo real de participar do ensino. Nas áreas urbanas bem atendidas por transporte público, a distância até o campus pode representar um gasto relativamente previsível; em áreas rurais, ribeirinhas, indígenas ou de difícil acesso, o deslocamento pode depender de rotas irregulares e de custos que variam com o clima ou as condições das vias. A expansão territorial dos Institutos Federais amplia direitos, mas demanda políticas de permanência compatíveis com a estrutura material das localidades. O auxílio financeiro precisa ser analisado conjuntamente com possibilidades de transporte escolar, calendário, jornada de aula, alimentação e oferta de apoio em diferentes turnos. Essas relações ganham especial importância em regiões com extensas distâncias entre comunidades e instituições (Daros, 2023; Barbosa; Lobão, 2023).

Os marcadores sociais de desigualdade podem interagir entre si. Estudantes com deficiência podem demandar transporte adaptado, recursos de acessibilidade e acompanhamento especializado; estudantes responsáveis por crianças ou familiares podem ter restrições de tempo e custos de cuidado; jovens em situações de discriminação podem necessitar de ações institucionais de acolhimento. A intervenção financeira deve integrar-se a serviços especializados, sem reduzir situações complexas a uma pontuação única. O debate sobre inclusão e exclusão no ensino médio integrado mostra como barreiras organizacionais podem persistir mesmo quando o acesso à matrícula está garantido. A concessão de auxílio, nesse cenário, constitui parte de um sistema de proteção que precisa dialogar com o direito à aprendizagem e à participação (Souza; Pieczkowski; Vieira, 2025; Almeida; Melo, 2025).

A relação entre assistência e reconhecimento social exige atenção ética. Um estudante não deveria ser identificado publicamente como beneficiário de política focalizada nem condicionado a narrativas de mérito moral para justificar sua necessidade. A transparência administrativa pode ser realizada por critérios, editais, faixas de prioridade e números agregados, preservando dados pessoais. A estigmatização pode restringir o uso do apoio e comprometer a sensação de pertencimento à instituição, enquanto práticas respeitosas favorecem confiança e procura por serviços. Assim, a noção de vulnerabilidade não deve operar como rótulo fixo sobre pessoas, mas como ferramenta para identificar barreiras concretas cuja superação é responsabilidade compartilhada entre instituição, política social e rede territorial (Soares; Amaral, 2022; Goin; Miranda, 2022).

2.4. Bolsas, Auxílios e Mecanismos de Proteção Material

As modalidades de apoio possuem mecanismos diferentes e não podem ser avaliadas como se produzissem um efeito único. Auxílio-transporte reduz o custo de comparecer às aulas; alimentação subsidiada diminui despesas cotidianas e favorece a permanência durante jornadas prolongadas; moradia estudantil responde a deslocamentos territoriais; apoio pedagógico pode custear materiais ou atividades específicas. Bolsas associadas a pesquisa, extensão e monitoria, por sua vez, podem oferecer renda e experiências formativas, mas a seleção e as contrapartidas obedecem a finalidades próprias. A política deve diferenciar o benefício de proteção social da bolsa acadêmica, evitando que a remuneração por atividade institucional substitua a assistência devida a quem apresenta vulnerabilidade (Brasil, 2024; Costa *et al.*, 2026).

A regularidade do pagamento constitui dimensão essencial da efetividade. Um auxílio cujo valor é nominalmente suficiente pode perder parte de sua função quando liberado de modo imprevisível, porque transporte e alimentação exigem desembolso em datas fixas. Atrasos tornam-se mais graves para famílias sem capacidade de antecipar recursos. Consequentemente, a avaliação de desempenho precisa incluir não apenas o total anual gasto, mas também o intervalo entre inscrição, deferimento e primeira parcela, a frequência de interrupções e a adequação dos canais de informação. Esses indicadores permitem distinguir restrição orçamentária, gargalo administrativo e problema de desenho. A necessidade de melhorar sistemas de monitoramento foi identificada em estudo recente com Institutos Federais (Santos; Mauerberg Junior, 2025).

A suficiência do valor deve ser analisada em relação aos gastos que o programa pretende compensar, e não isoladamente. Se o custo do

transporte aumenta, uma bolsa de valor constante perde capacidade real de proteção; se o campus disponibiliza alimentação gratuita e acesso digital, a necessidade de desembolso privado pode diminuir. Isso indica a utilidade de compor uma cesta de custos de permanência sensível à localização do campus, ao nível de ensino e à situação familiar. Não se pretende construir índice nacional uniforme a partir de estimativas sem dados: recomenda-se que cada instituição produza diagnósticos transparentes de custos essenciais e que o financiamento nacional considere desigualdades territoriais. O debate orçamentário deve vincular planejamento, execução e efetividade social (Silva; Alencar; Santos, 2024; Tribunal de Contas da União, 2024).

A alimentação merece destaque por constituir necessidade diária que interfere na participação pedagógica, especialmente em cursos de tempo integral. A ausência de refeição durante a jornada escolar pode reduzir o tempo de permanência física no campus e aumentar a carga de custos suportados pela família. Transferências monetárias são uma alternativa em determinados contextos; em outros, a oferta direta de alimentação pode oferecer maior previsibilidade e alcançar maior número de estudantes. O desenho mais adequado depende de infraestrutura, escala de atendimento, hábitos locais, logística e custos de execução. A avaliação não deve opor ideologicamente pagamento e oferta direta, mas examinar sua capacidade efetiva de garantir acesso digno, seguro e contínuo ao serviço (Brasil, 2024; Januário; Geglio, 2025).

Bolsas de iniciação científica, extensão e ensino introduzem uma dimensão adicional de proteção, pois podem conectar remuneração a oportunidades de aprendizagem, pertencimento e desenvolvimento de competências. Entretanto, não substituem

auxílios de permanência: uma política de proteção que condicione a renda indispensável à competição por projetos pode excluir estudantes que já enfrentam maior sobrecarga doméstica ou lacunas de formação. A participação acadêmica deve ser ampliada por seleção inclusiva e apoio pedagógico, enquanto a assistência socioeconômica precisa manter finalidade própria. Essa distinção ajuda a evitar que estudantes com recursos limitados sejam forçados a escolher entre trabalho externo, atividades acadêmicas e subsistência durante os estudos (Cardoso *et al.*, 2025; Ferreira; Martins, 2025).

2.5. Apoio Pedagógico, Vínculos e Dimensão Psicossocial

A assistência estudantil produz resultados mais consistentes quando atua em conexão com a vida pedagógica, sem reduzir o estudante à sua situação econômica. Lacunas de aprendizagem, dificuldades de adaptação ao ritmo do ensino médio integrado e desconhecimento das rotinas institucionais podem converter-se em fatores de afastamento mesmo quando as despesas básicas são parcialmente compensadas. Monitorias, atendimento educacional individualizado, orientação de estudos e acolhimento da transição escolar constituem medidas complementares. A literatura sobre acesso e êxito no ensino médio integrado enfatiza que o acompanhamento precisa considerar práticas escolares, relações interpessoais e percursos de aprendizagem, não somente editais de assistência financeira (Souza; Vieira, 2025; Câmara; Duarte; Anjos, 2026).

O acompanhamento preventivo deve evitar uma lógica de vigilância punitiva. Identificar faltas repetidas ou queda brusca de rendimento pode indicar a necessidade de conversar com o estudante, compreender seus obstáculos e articular apoio; não autoriza

presumir desinteresse nem converter a bolsa em instrumento de coerção. Condicionalidades administrativas precisam ser proporcionais, comunicadas claramente e acompanhadas de mecanismos de revisão para situações justificadas. A instituição deve distinguir frequência insuficiente por barreira material, adoecimento, problemas familiares ou inadequação pedagógica, pois respostas iguais a causas distintas tendem a produzir injustiças. A articulação entre assistência, ensino e coordenação de curso é condição para que o monitoramento proteja trajetórias em vez de simplesmente classificá-las (Barbosa; Lobregat, 2024; Santos; Mauerberg Junior, 2025).

O pertencimento institucional também interfere nas trajetórias. Estudantes de origem popular podem encontrar códigos acadêmicos, exigências e expectativas familiares diferentes daqueles vividos em etapas anteriores da escolarização. A possibilidade de participar de projetos, grupos de estudo, iniciativas culturais e atividades esportivas pode fortalecer laços com a comunidade escolar. Se o apoio financeiro se limita a reduzir gastos mínimos, mas o estudante permanece excluído das experiências de formação, a igualdade de oportunidades continua parcial. Uma concepção ampliada de assistência considera as condições para a formação humana integral, a autonomia dos estudantes e o reconhecimento de seus saberes e contextos sociais (Soares; Amaral, 2022; Bonfim; Cavalcanti, 2026).

A presença de equipes multiprofissionais favorece a análise de demandas que não se resolvem em uma única área. Serviço Social, Psicologia, Pedagogia, Nutrição e setores de acessibilidade podem colaborar na identificação de barreiras, respeitando as atribuições técnicas específicas e o sigilo profissional. Não se recomenda,

contudo, exigir que um estudante exponha repetidamente sua história pessoal a diferentes setores. Protocolos de encaminhamento e compartilhamento mínimo de informações podem reduzir burocracia e preservar a confiança. O estudo socioeconômico, a escuta pedagógica e a decisão sobre benefício possuem funções distintas, mas devem convergir para um plano de apoio compreensível, com responsáveis e prazos definidos (Goin; Miranda, 2022; Zanotelli; Fischer, 2026).

A prevenção do abandono escolar exige observar momentos críticos do percurso. O primeiro semestre pode concentrar dificuldades de adaptação e de custos de ingresso; períodos de estágio ou de intensificação de atividades práticas podem elevar gastos; etapas finais podem reunir pressão por trabalho remunerado e responsabilidades familiares. A assistência deve contemplar essas transições por meio de diagnósticos periódicos e ações coordenadas, sem presumir que o mesmo valor ou modalidade será igualmente adequado em todas as fases. O conselho de classe e os espaços coletivos de acompanhamento, quando utilizados com finalidade formativa e respeito aos estudantes, podem ajudar a reconhecer dificuldades que não aparecem em relatórios financeiros (Sena Neto; Tavares, 2026; Silva; Oliveira; Pilatti, 2025).

2.6. Financiamento, Focalização e Desafios de Gestão

O financiamento é uma condição de possibilidade da política. A ampliação do acesso de estudantes de baixa renda sem previsão correspondente de apoio material pode aumentar a distância entre o direito formal e sua realização. A gestão precisa comparar demanda elegível, beneficiários efetivos, valores médios, duração dos auxílios e necessidades não atendidas. Entretanto, o simples

crescimento do número de beneficiários não comprova aumento da suficiência: pode haver benefícios menores, períodos mais curtos ou maior competição por recursos. A análise orçamentária deve distinguir valores nominais e reais, despesas obrigatórias e discricionárias, além de sua distribuição entre campi. Documentos de controle público assinalam desafios de cobertura e necessidade de sistemas de avaliação adequados (Tribunal de Contas da União, 2024; Silva; Alencar; Santos, 2024).

A focalização em estudantes de menor renda constitui estratégia distributiva compreensível diante de recursos limitados. Todavia, quando os critérios são excessivamente rígidos, famílias próximas ao limite de elegibilidade podem ficar desprotegidas apesar de custos escolares elevados. A política precisa explicitar se a renda é condição exclusiva ou critério articulado a outros indicadores de necessidade; também deve oferecer canal de recurso e procedimentos para urgências. As exigências documentais devem ser proporcionais e não impedir que o próprio público prioritário participe da seleção. O desenho de editais pode ser analisado pelo esforço administrativo imposto ao estudante e pela taxa de procura, deferimento, indeferimento e desistência antes da conclusão do processo (Goin; Miranda, 2022; Barbosa; Lobregat, 2024).

A dimensão intertemporal do orçamento também importa. Programas financiados apenas em horizontes curtos dificultam planejamento de vida e de estudos por parte dos beneficiários, especialmente quando os cursos possuem vários anos de duração. Isso não significa prometer pagamento incondicional independentemente das normas, mas reconhecer que previsibilidade institucional é atributo importante. A oferta de informações antecipadas sobre cronogramas, prazos de renovação,

recursos e possíveis mudanças de valor reduz incertezas evitáveis. Em arranjos descentralizados, cabe à governança nacional produzir orientações, assegurar condições mínimas e acompanhar diferenças regionais; às unidades locais cabe identificar peculiaridades e publicar critérios verificáveis (Brasil, 2024; Santos; Mauerberg Junior, 2025).

Os programas de assistência não podem ser avaliados apenas por sua execução financeira, porque gastar o orçamento previsto é condição administrativa, não resultado educacional. A avaliação deveria associar informações sobre elegibilidade, recebimento, regularidade dos pagamentos e evolução de trajetórias, mantendo separação entre correlação e efeito causal. Em especial, estudantes beneficiários podem apresentar vulnerabilidades mais elevadas do que estudantes não beneficiários; por isso, comparar taxas brutas de evasão sem considerar diferenças iniciais pode produzir conclusão equivocada. Revisão sobre políticas de permanência já advertiu sobre a diversidade de métodos e desfechos utilizados, reforçando a importância de estudos que explicitem desenho, grupos comparados e possíveis fatores de confusão (Silva; Sampaio, 2022).

A ampliação de equipes, restaurantes, alojamentos e serviços de acompanhamento deve ser compreendida como investimento institucional, mas sua execução requer capacidade técnica e planejamento contínuo. A criação de novos benefícios pode não alcançar o efeito esperado se faltarem servidores para avaliação socioeconômica, comunicação adequada, infraestrutura física ou sistema de pagamentos. Do mesmo modo, ampliar vagas em cursos sem ajustar biblioteca, laboratórios e oferta de apoio pedagógico pode aumentar pressões sobre estudantes que já enfrentam dificuldades materiais. A ação pública precisa considerar a cadeia

completa da permanência: identificação de necessidade, acolhimento, decisão, entrega do apoio, acompanhamento e revisão. Pesquisas sobre expansão e políticas sociais da Rede Federal ajudam a situar essas interdependências (Daros, 2023; Florencio; Lobregat, 2026).

2.7. Diversidades Institucionais, Trabalho e Projetos de Futuro

A relação entre educação e trabalho introduz tensões específicas na permanência de estudantes de baixa renda. A expectativa de adquirir qualificação profissional constitui motivação para ingressar na Rede Federal, mas a necessidade imediata de contribuir com a renda domiciliar pode pressionar o estudante a interromper ou reduzir a dedicação ao curso. Bolsas de permanência podem aliviar parte desse dilema ao reduzir custos associados à escola; não são, contudo, substitutas de políticas de emprego, proteção social e renda familiar. A análise deve evitar uma interpretação instrumental segundo a qual o valor da permanência decorre apenas de futura inserção no mercado, pois a educação pública compreende direitos culturais, científicos, políticos e humanos (Ferreira; Martins, 2025; Simonard *et al.*, 2025).

As características dos cursos e a organização curricular afetam o tempo efetivamente disponível ao estudante. Uma jornada integral, com componentes teóricos, práticos e de laboratório, amplia oportunidades formativas, mas também exige maior tempo no campus e pode dificultar conciliação com trabalho e responsabilidades de cuidado. Uma política de permanência sensível a essa estrutura deve considerar horários de transporte e refeições, oferta de apoio em diferentes turnos e acesso ao acervo digital e bibliográfico. O planejamento pedagógico não pode

delegar integralmente à assistência estudantil a solução de incompatibilidades produzidas pela própria organização do curso. Assim, educação integral e proteção material precisam ser planejadas de forma conjunta (Cardoso *et al.*, 2025; Ribeiro; Cardoso, 2025).

A literatura sobre a Base Nacional Comum Curricular e a integração do ensino médio à educação profissional também ajuda a compreender que escolhas de organização pedagógica interferem no percurso dos estudantes. As cargas de trabalho escolar, a distribuição de componentes e o acesso a atividades práticas compõem a experiência que as bolsas buscam tornar materialmente viável. Revisões sobre o ensino médio integrado em redes estaduais fornecem contraponto útil, ainda que apresentem realidades institucionais diferentes das dos Institutos Federais. O benefício deve ser lido dentro de um projeto educativo que não se limita à adaptação imediata ao emprego, mas valoriza participação e formação integral (Cardoso *et al.*, 2025a; Oliveira, 2024).

A verticalização, característica institucional dos Institutos Federais, pode gerar percursos de continuidade educacional entre educação básica, técnica e superior. Essa possibilidade, entretanto, não se realiza automaticamente para estudantes que enfrentam custos de mobilidade, transição curricular ou insuficiência de orientação. A permanência na etapa atual deve ser acompanhada de informações sobre oportunidades de continuidade, sem criar expectativas de progressão garantida ou de emprego imediato. Estudos sobre verticalização, egressos e mundo do trabalho mostram a importância de acompanhar trajetórias após a conclusão e de considerar o lugar dos estudantes em realidades econômicas diversas (Carvalho; Mororó, 2026; Santos; Rocha, 2025).

Os arranjos produtivos locais podem influenciar a escolha de cursos e as oportunidades profissionais futuras, mas não determinam isoladamente o êxito escolar. Em regiões onde há baixa densidade de empregos formais, a permanência em cursos técnicos pode conviver com necessidade de migração, deslocamento e trabalho informal. A política de bolsas contribui para que o estudante possa concluir a formação, porém não corrige sozinha a estrutura do mercado de trabalho regional. A avaliação das ações da Rede Federal deve distinguir o resultado educacional imediato — participação e conclusão — dos resultados ocupacionais posteriores, sujeitos a condições econômicas externas ao campus. Essa distinção evita superestimar a política de auxílio e fortalece seu papel na garantia de direito (Carvalho; Zotti; Brandt, 2025; Scapin *et al.*, 2025).

3. METODOLOGIA

Trata-se de estudo bibliográfico e documental, com abordagem qualitativa, finalidade analítico-interpretativa e desenho de revisão narrativa crítica. O objeto do estudo é a contribuição de bolsas e auxílios educacionais para a permanência de estudantes de baixa renda na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, especialmente nos Institutos Federais. A escolha desse delineamento decorre da necessidade de articular normativas, investigações empíricas, revisões recentes e registros institucionais sobre mecanismos de assistência e barreiras à escolarização. Não foram realizadas entrevistas, observação de campo ou extração de microdados individualizados de matrículas e benefícios; portanto, os resultados apresentados correspondem à análise das fontes publicadas, e não a uma mensuração inédita de impacto.

A delimitação temporal da bibliografia privilegiou publicações de 2022 a novembro de 2026, intervalo que compreende estudos recentes sobre o tema e a aprovação da Lei nº 14.914/2024. Documentos legais anteriores, eventualmente mencionados por estudos consultados, foram empregados somente para contextualização histórica, sem compor o conjunto de referências recentes utilizadas neste artigo. O levantamento focalizou publicações de periódicos científicos brasileiros, textos com DOI e páginas oficiais de revistas, documentos do Ministério da Educação, do Inep, do Tribunal de Contas da União e de instituições da Rede Federal. Os estudos diretamente relacionados ao IFAC receberam atenção especial pela pertinência territorial, sem serem tratados como amostra representativa do conjunto nacional.

As expressões temáticas utilizadas no levantamento bibliográfico combinaram termos como “assistência estudantil”, “bolsa permanência”, “auxílio estudantil”, “Institutos Federais”, “ensino médio integrado”, “evasão”, “permanência”, “êxito”, “vulnerabilidade socioeconômica”, “financiamento” e “avaliação da política pública”, com variações semânticas e combinações por operadores de busca. Foram privilegiadas fontes que possibilitavam conferir título, autoria, data, periódico, DOI ou endereço eletrônico institucional. Não se afirma que a busca tenha esgotado todas as bases, todos os resultados existentes ou a produção não indexada; a estratégia foi orientada pela relevância para a análise, sendo inadequado apresentá-la como revisão sistemática ou revisão de escopo integral.

Os critérios de pertinência incluíram trabalhos que examinassem ao menos uma das seguintes dimensões: assistência material; permanência e conclusão de cursos; seleção socioeconômica; experiência de beneficiários; políticas de cotas; financiamento e

gestão; condições pedagógicas e psicossociais; e monitoramento de programas. Também foram utilizados estudos sobre currículo integrado, expansão e mundo do trabalho quando ofereciam fundamento contextual para interpretar trajetórias de estudantes de baixa renda. Foram excluídos da argumentação principal textos sem identificação bibliográfica suficiente, páginas meramente opinativas sem base empírica e resultados que tratavam de outros níveis de ensino sem possibilidade razoável de comparação. A literatura internacional não foi usada para substituir evidência institucional brasileira.

O procedimento analítico consistiu em leitura dos resumos e informações metodológicas disponíveis, identificação de argumentos pertinentes e agrupamento temático das evidências. Cada grupo foi interpretado a partir de quatro perguntas: que barreira de permanência está em questão; por qual mecanismo um benefício pode atuar; que tipo de evidência o estudo oferece; e quais condições de gestão ou contexto limitam a interpretação. Foram distinguidos resultados empíricos de pesquisas locais, sínteses de literatura, prescrições normativas e hipóteses propositivas formuladas neste trabalho. Essa separação impede que recomendações deste artigo sejam apresentadas como práticas já avaliadas e que declarações de finalidade legal sejam confundidas com resultados observados.

A comparação de achados foi qualitativa e não envolveu metanálise, cálculo de tamanho de efeito, estimativa causal de redução da evasão ou agregação estatística de estudos heterogêneos. Diferenças de população, nível de ensino, modalidade de auxílio, período de observação e definição de permanência reduzem a comparabilidade direta dos resultados. Tampouco se inventaram

números de registros identificados, excluídos ou incluídos por uma triagem padronizada que não foi realizada. Por isso, a apresentação dos resultados utiliza quadros de síntese conceitual e matrizes de análise, identificados como elaboração própria com base nas fontes citadas, e não fluxogramas de seleção ou dados originais de campo.

A revisão normativa considerou a Lei nº 14.914/2024 como referência central, em diálogo com a Lei nº 14.723/2023 e demais documentos oficiais pertinentes. As avaliações de controle público foram lidas observando seu escopo: achados referentes especificamente às universidades federais não foram transportados automaticamente para os Institutos Federais. Dados de divulgação institucional foram considerados registros documentais e não comprovação de impacto. A utilização de informações secundárias publicadas não envolve identificação de estudantes ou acesso a prontuários e cadastros de benefícios; eventuais estudos futuros com bases individualizadas exigirão medidas próprias de proteção de dados, autorização institucional e apreciação ética conforme aplicável.

A principal limitação do delineamento é a impossibilidade de identificar efeitos líquidos dos benefícios sobre a permanência a partir de fontes heterogêneas sem base de dados longitudinal padronizada. A seleção temática da literatura pode produzir vieses de disponibilidade e publicação, e estudos com resultados positivos podem receber maior visibilidade do que experiências sem efeito demonstrado. Ainda assim, a análise permite sistematizar mecanismos, reconhecer lacunas de informação e propor parâmetros de gestão e avaliação coerentes com evidências disponíveis. As conclusões são apresentadas como interpretação crítica, não como generalizações estatísticas sobre todos os campi do país (Silva; Sampaio, 2022; Santos; Mauerberg Junior, 2025).

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES OU ANÁLISE DOS DADOS

A leitura articulada das fontes permitiu organizar os achados em seis conjuntos: mecanismos de proteção material, articulação entre apoio financeiro e trajetória pedagógica, heterogeneidades institucionais, cobertura e financiamento, desigualdades entre públicos e desafios de avaliação. A produção consultada fornece evidências da relevância social dos auxílios, mas não sustenta afirmar que qualquer modalidade produza, isoladamente, igual redução da evasão em todos os contextos. A discussão aborda esse descompasso entre expectativa de política pública e capacidade efetiva de demonstrar resultados, tomando como referência estudos dos Institutos Federais e da educação pública brasileira (Januário; Geglio, 2025; Santos; Mauerberg Junior, 2025).

4.1. A Permanência Como Resultado de Múltiplas Condições

O primeiro resultado interpretativo é a inexistência de uma relação mecânica entre recebimento de auxílio e conclusão de curso. O benefício pode reduzir uma barreira decisiva, como o custo do ônibus, mas não elimina problemas de saúde, dificuldades de aprendizagem ou falta de vínculo escolar. Quando esses fatores interagem, a assistência material funciona como condição facilitadora, não como garantia isolada. Na pesquisa sobre estudantes do IFPB Campus Santa Rita, a percepção de importância dos auxílios convive com outros elementos de motivação, como a qualidade da instituição e expectativas de qualificação. A experiência estudantil, portanto, envolve tanto condições econômicas quanto dimensões pedagógicas e simbólicas (Januário; Geglio, 2025).

Estudos sobre permanência no ensino médio integrado reforçam essa leitura. Souza e Vieira (2025) abordam acesso, permanência e êxito como processos articulados, enquanto Câmara, Duarte e Anjos (2026) analisam a transição escolar e a evasão por uma perspectiva que incorpora mediações sociais e institucionais. Esses trabalhos ajudam a compreender por que o apoio monetário deve estar conectado a mecanismos de acolhimento, acompanhamento de frequência e apoio pedagógico. Seria inadequado esperar que um único programa elimine problemas que se originam tanto das condições de vida quanto da dinâmica curricular e das relações escolares. O principal efeito esperado da assistência é tornar possível a participação em experiências formativas que dependerão, também, da qualidade do ensino oferecido.

A interpretação de estudos de nível superior exige cuidado ao ser aplicada aos cursos técnicos. A revisão de Silva e Sampaio (2022) reúne métodos de avaliação das políticas de permanência e mostra como indicadores diferentes produzem leituras distintas; Nierotka e Bonamino (2023) examinam conclusão de cursos entre ingressantes de camadas populares. Essas contribuições ampliam a compreensão conceitual do problema, mas não podem ser usadas para afirmar taxas de evasão específicas do ensino médio integrado. Nas instituições da Rede Federal, a coexistência de cursos técnicos integrados, subsequentes, graduações e programas de jovens e adultos torna indispensável discriminar o público antes de comparar resultados.

A dimensão territorial da evasão acrescenta preocupação analítica. Pesquisas sobre o efeito de vizinhança e sobre desigualdades entre escolas indicam que a interrupção do percurso escolar pode relacionar-se a oportunidades disponíveis e recursos do entorno, não

apenas a características dos alunos. Por isso, uma avaliação institucional que compare beneficiários de campi situados em contextos distintos precisa controlar, tanto quanto possível, as condições de deslocamento, trabalho juvenil e estrutura escolar. O auxílio pode operar como proteção individual, enquanto a organização do transporte e da oferta pública exige respostas de gestão e cooperação territorial (Peixoto *et al.*, 2026).

O trabalho de Moraes (2023) sobre o IFSC é especialmente relevante ao relacionar as condições de vida dos estudantes às condições da instituição. Ainda que focalize cursos técnicos subsequentes, evidencia o valor de compreender obstáculos cotidianos e práticas pedagógicas de permanência. O estudo sugere que o acompanhamento não deve se limitar à concessão de recursos, pois a instituição também produz, enfrenta ou atenua dificuldades de participação. Essa interpretação desloca o problema de uma suposta inadequação do estudante para a avaliação das condições efetivamente oferecidas. A política de assistência torna-se, assim, uma das dimensões de uma estratégia pública de inclusão formativa.

O acesso a recursos não se traduz automaticamente em oportunidade de aprendizagem se as atividades do curso permanecem incompatíveis com a realidade material de parte dos estudantes. Uma grade com atividades extras não planejadas, por exemplo, pode exigir mais deslocamentos e refeições do que aqueles considerados no valor do auxílio. Da mesma maneira, atividades remotas que pressupõem conexão e equipamento próprios podem criar custos invisíveis ao planejamento. Esse é um ponto de articulação entre currículo e assistência: a gestão pedagógica precisa conhecer os efeitos materiais das decisões

acadêmicas. A literatura sobre organização curricular e formação docente na educação profissional contribui para justificar essa abordagem integrada (Ribeiro; Cardoso, 2025; Castaman; Souza; Brito, 2025).

A síntese permite identificar três níveis de permanência: o administrativo, correspondente à continuidade do vínculo; o pedagógico, ligado à participação, aprendizagem e progressão; e o social, referente à possibilidade de estudar sem privação material incompatível com a dignidade. Um programa pode obter êxito em um nível e permanecer insuficiente em outro. O estudante que mantém matrícula, mas não dispõe de alimentos, transporte regular ou tempo de estudo, não experimenta integralmente os resultados esperados de uma política inclusiva. Essa distinção, utilizada neste artigo como ferramenta analítica, ajuda a organizar indicadores e a evitar avaliações que reduzam sucesso à ausência de desligamento formal (Soares; Amaral, 2022; Sousa; Araujo, 2026).

4.2. Auxílios Financeiros e Redução de Barreiras Cotidianas

A literatura consultada sustenta a importância dos apoios financeiros para custos previsíveis e recorrentes. Quando o estudante depende de transporte pago, o auxílio pode diminuir ausências motivadas por falta de dinheiro; quando a alimentação constitui despesa relevante, refeição ofertada ou subsídio específico pode permitir que participe integralmente do período de aula. A redução de custos diretos também pode preservar parte do orçamento familiar para outras necessidades básicas. Esses mecanismos explicam por que a assistência é percebida como fundamental em estudos localizados, embora a magnitude de seu efeito sobre indicadores finais exija

desenhos de avaliação específicos (Januário; Geglio, 2025; Oliveira, 2026).

A configuração concreta dos benefícios importa tanto quanto sua existência. Programas que oferecem valor único a todos os selecionados podem ser simples de administrar, mas ignorar diferenças de distância e gastos; benefícios rigidamente separados por finalidade podem assegurar maior direcionamento, porém criar lacunas para estudantes com necessidades combinadas. Um desenho eficiente deveria avaliar vantagens e limites dessas alternativas à luz de custos locais, demanda, infraestrutura e direitos dos estudantes. Editais públicos podem servir de base para examinar modalidades e requisitos, mas não bastam para afirmar a suficiência dos valores nem o alcance de grupos não contemplados. O caso do auxílio permanência do IFPA exemplifica como programas podem agrupar despesas de naturezas distintas sob uma mesma política (Instituto Federal do Pará, 2024).

O tempo de concessão é outra variável relevante. Bolsas que começam apenas após longos processos seletivos podem chegar quando as dificuldades já provocaram faltas e atrasos acadêmicos. Auxílios interrompidos durante períodos de férias ou transições de semestre podem agravar inseguranças quando os gastos necessários à permanência persistem. A gestão deve demonstrar claramente o período coberto, as condições de renovação e os mecanismos de suporte emergencial, respeitando o marco legal. Estudos de planejamento institucional evidenciam que a falta de articulação entre seleção, execução e acompanhamento pode comprometer o alcance das ações de assistência, ainda que a política esteja formalmente regulamentada (Barbosa; Lobregat, 2024).

Quadro 1. Modalidades de assistência, barreiras enfrentadas e indicadores possíveis

Modalidade	Barreira material	Mecanismo de proteção	Indicador de acompanhamento
Auxílio-transporte	Custo e irregularidade de deslocamento	Financiamento da frequência ao campus	Tempo de concessão; faltas por transporte
Alimentação	Despesa alimentar na jornada	Refeição ou subsídio para o período escolar	Acesso às refeições; percepção de suficiência
Auxílio-moradia	Distância entre domicílio e campus	Redução de instabilidade habitacional	Continuidade de moradia e frequência
Auxílio didático	Livros, materiais e conectividade	Acesso a recursos exigidos no curso	Disponibilidade de materiais de aprendizagem
Auxílio emergencial	Choque econômico imprevisto	Resposta oportuna à mudança de renda	Prazo de resposta; casos atendidos
Bolsas de formação	Restrição para participar de projetos	Experiência acadêmica remunerada	Participação e resultados de aprendizagem

Fonte: *Elaboração própria a partir de Brasil (2024a), Soares e Amaral (2022) e Santos e Mauerberg Junior (2025).*

A proteção material é particularmente importante para estudantes cujas famílias vivem de rendimentos instáveis. Uma pequena diferença entre custos e recursos disponíveis pode alterar a decisão

de frequentar aulas, realizar estágio não remunerado ou aceitar trabalho imediato. Essa afirmação constitui mecanismo plausível de política e encontra apoio em estudos qualitativos, mas não autoriza calcular valor nacional de bolsa sem pesquisa de custos. A regra adequada é explicitar o que o benefício pretende financiar, comparar seu valor com despesas locais documentadas e monitorar situações em que a necessidade permanece insatisfeita. A experiência institucional deve orientar ajustes, e não ser substituída por uma fórmula indiferente a diferenças regionais (Silva; Alencar; Santos, 2024; Zanotelli; Fischer, 2026).

Há ainda efeitos indiretos sobre a qualidade da participação acadêmica. Quando parte dos gastos cotidianos é coberta, o estudante pode dispor de maior previsibilidade para organizar tempo de leitura, trabalhos e atividades práticas. Todavia, a participação efetiva também depende de carga horária, acompanhamento de docentes e existência de ambientes adequados de estudo. A política deve considerar, simultaneamente, condições materiais e responsabilidades pedagógicas; concentrar todas as expectativas no benefício financeiro produz uma visão excessivamente estreita da permanência. Essa crítica aparece em análises que diferenciam assistência limitada à transferência de recursos e ações universais ou interdisciplinares destinadas a promover formação integral (Soares; Amaral, 2022).

A distinção entre assistência estudantil e bolsa acadêmica é decisiva nesse contexto. As bolsas de pesquisa ou extensão geralmente estão ligadas a atividades formativas específicas, prazos e requisitos próprios. São experiências valiosas para ampliar repertório científico, autonomia e participação, mas sua concessão não deve ser tratada como solução automática para a necessidade alimentar ou de

deslocamento. A política de assistência precisa identificar a vulnerabilidade sem exigir que o estudante se torne bolsista de projeto ou assuma atividades adicionais incompatíveis com sua rotina. O planejamento deve ampliar acesso a oportunidades formativas e, paralelamente, assegurar apoios materiais segundo critérios próprios e verificáveis (Bonfim; Cavalcanti, 2026; Cardoso *et al.*, 2025).

4.3. Experiências do IFAC: Contribuições e Limites Interpretativos

O conjunto de estudos sobre o Instituto Federal do Acre constitui núcleo empírico especialmente relevante para este trabalho. Barbosa e Lobão (2023) descreveram o desenvolvimento da política institucional por meio de fontes documentais, evidenciando a centralidade do apoio socioeconômico e a preocupação com estudantes cotistas. O mérito dessa abordagem é revelar como a política nacional assume expressão concreta em regulamentos, programas e processos internos. Seu limite está no fato de documentos normativos descreverem intenções, competências e desenhos de ação, não necessariamente os resultados observados em todos os estudantes. Por isso, a análise documental deve ser complementada por avaliações de trajetórias sempre que o objetivo for medir impacto.

O estudo de Barbosa, Lobregat e Lobão (2024), centrado nos cursos de ensino médio integrado do Campus Rio Branco, amplia a discussão ao trabalhar com taxas de permanência e êxito de ingressantes e com informações da assistência estudantil. Os resultados apresentados pelos autores indicam que ampliar o ingresso de grupos vulnerabilizados não equivale a garantir conclusão. A interpretação da pesquisa recomenda políticas que

acompanhem efetivamente a trajetória escolar. Não se deve extrair dessa investigação uma relação causal universal entre benefício e conclusão, porque grupos podem diferir quanto a renda, percurso, dificuldades e oportunidade de assistência. O valor do estudo está em tornar visível a necessidade de analisar conjuntamente cotas, apoio material e desempenho escolar.

Em pesquisa sobre planejamento e execução da assistência para cotistas no mesmo contexto institucional, Barbosa e Lobregat (2024) identificaram fragilidades de coordenação e de acompanhamento do desempenho após o ingresso. Essa contribuição é particularmente importante porque desloca a avaliação da pergunta "quem recebeu auxílio?" para "como a instituição acompanha as necessidades e o percurso de quem recebe apoio?". Uma política focalizada pode selecionar corretamente estudantes vulneráveis e ainda assim apresentar baixa articulação com ações pedagógicas. O aprimoramento exige responsabilidades explicitadas, comunicação entre setores, indicadores de progressão e estratégias de intervenção quando dificuldades se acumulam ao longo dos semestres.

Quadro 2. Contribuições de estudos recentes para interpretar a permanência

Estudo	Objeto principal	Contribuição analítica	Limite de inferência
Barbosa e Lobão (2023)	Política documental do IFAC	Reconstrói mudanças institucionais	Normas não medem impacto
Barbosa, Lobregat e Lobão (2024)	Permanência e êxito no IFAC	Articula cotas e trajetórias	Não generalizar entre campi

Barbosa e Lobregat (2024)	Planejamento da assistência	Aponta lacunas de acompanhamento	Estudo local qualitativo
Januário e Geglio (2025)	Percepções de beneficiários do IFPB	Mostra importância percebida	Percepção não equivale a efeito causal
Santos e Mauerberg Junior (2025)	Monitoramento em cinco IFs	Identifica lacunas de avaliação	Não estima redução da evasão
Zanotelli e Fischer (2026)	Estado do conhecimento	Mapeia limites e desafios	Dependente dos estudos disponíveis

Fonte: *Elaboração própria a partir das publicações indicadas.*

Florencio e Lobregat (2026) analisam a assistência estudantil no campo da educação profissional e tecnológica e retomam o IFAC como referência, oferecendo perspectiva sobre a trajetória histórica e seus desafios políticos. Em conjunto com estudos anteriores, essa produção indica que a política não deve ser reduzida a um edital anual, pois depende de continuidade institucional e de disputas por recursos. As mudanças de regulamentos e programas precisam ser avaliadas por sua capacidade de garantir acesso efetivo aos apoios e por suas repercussões na formação. Uma leitura crítica deve identificar tanto os avanços de institucionalização quanto as limitações de financiamento e monitoramento, sem atribuir automaticamente a todas as mudanças resultados positivos ou negativos.

O repositório institucional do IFAC também disponibiliza pesquisa recente acerca dos editais de auxílio-permanência e passe estudantil no ensino superior tecnológico do Campus Rio Branco, com foco em

limites operacionais, seleção e permanência. Embora se trate de outro nível de ensino, seu objeto contribui para pensar a função dos instrumentos de execução e a relação entre benefício, rotina institucional e experiência de estudantes. A comparação com o ensino médio integrado deve ser contextualizada, porque as necessidades e os custos de deslocamento podem diferir entre os públicos. A principal utilidade dessa evidência documental é mostrar possibilidades de investigação local e de avaliação continuada (Instituto Federal do Acre, 2025).

A interpretação conjunta sugere agenda concreta para o IFAC e para instituições semelhantes: mapear os estudantes potencialmente elegíveis por modalidade de curso, registrar o tempo de concessão, identificar situações de não atendimento e acompanhar trajetórias educacionais em diálogo com a política de cotas. A proposta não exige divulgar dados pessoais, mas utilizar indicadores agregados ou bases protegidas conforme finalidade legítima. Também é importante diferenciar ausência por dificuldade de transporte de desempenho insatisfatório por lacunas de aprendizagem, de forma a orientar apoios proporcionais. Os estudos locais fornecem razões para essa integração, embora a eficácia de cada novo mecanismo ainda precise ser avaliada após sua implantação (Barbosa; Lobregat; Lobão, 2024; Barbosa; Lobregat, 2024).

4.4. Financiamento, Cobertura e a Diferença Entre Execução e Efetividade

O financiamento é um dos principais pontos de tensão identificados na literatura. A demanda por assistência pode crescer com expansão de matrículas, mudanças no perfil social do público e elevação dos custos cotidianos, sem que a dotação financeira acompanhe essas

transformações. Nesse cenário, a instituição pode precisar reduzir valores, duração ou número de benefícios, ou priorizar determinadas situações. Essas escolhas têm efeitos distributivos que precisam ser explicitados por critérios transparentes. A comparação de orçamentos exige distinguir valores correntes de valores corrigidos pela inflação e observar a fonte dos dados. Análises de controle público e estudos sobre a Rede Federal apontam a necessidade de examinar a suficiência do financiamento e a capacidade de entregar benefícios no tempo apropriado (Tribunal de Contas da União, 2024; Silva; Alencar; Santos, 2024).

As informações orçamentárias são indispensáveis, mas não esgotam a avaliação da política. O número de estudantes contemplados e o percentual do orçamento executado são indicadores de produto e processo, enquanto permanência e conclusão são resultados educacionais afetados por múltiplos fatores. Se uma instituição eleva a execução financeira e registra piora de resultados acadêmicos em determinado período, não se pode concluir que o programa fracassou sem analisar mudanças de perfil, contexto econômico, métodos de ensino e outros acontecimentos. Da mesma forma, uma queda de evasão coincidente com aumento de bolsas não demonstra por si só causalidade. Estudos sobre avaliação e monitoramento reforçam a necessidade de formular perguntas específicas e reconhecer a heterogeneidade dos grupos comparados (Silva; Sampaio, 2022; Santos; Mauerberg Junior, 2025).

A seleção de indicadores pode estimular comportamentos administrativos distintos. Uma meta exclusiva de número de bolsas distribuídas pode favorecer benefícios de menor valor, mesmo quando insuficientes para enfrentar os custos de permanência. Uma meta exclusiva de redução de evasão pode desestimular

acolhimento de estudantes com maior risco social, produzindo incentivos contrários à equidade. Uma avaliação responsável deve combinar cobertura, adequação, regularidade, tempo de resposta, participação estudantil e desfechos educacionais, além de examinar diferenças entre grupos. O desenho precisa evitar comparação simplista entre campi com estrutura, tamanho, modalidades de curso e condições territoriais muito diferentes (Santos; Mauerberg Junior, 2025; Zanotelli; Fischer, 2026).

As análises do Tribunal de Contas da União evidenciam preocupação com financiamento e avaliação da assistência em instituições federais. É necessário, entretanto, respeitar o escopo de cada auditoria: parte dos documentos trata especificamente das universidades federais, sem incluir diretamente a execução dos Institutos Federais. A discussão utiliza esses materiais como contexto de governança e alerta metodológico, não como comprovação de que determinado resultado foi observado em todos os campi da Rede Federal. O acompanhamento de 2026 e as informações da Lista de Alto Risco indicam relevância persistente da matéria, mas as decisões locais devem ser fundamentadas em dados da própria instituição e em séries comparáveis (Tribunal de Contas da União, 2024; Tribunal de Contas da União, 2026).

O aspecto temporal é essencial para avaliar o orçamento. A definição de recursos para um exercício não informa necessariamente a cobertura ao longo de todo o percurso curricular, nem a capacidade de absorver novas situações de vulnerabilidade. É recomendável distinguir demanda observada, demanda potencial não manifesta, benefícios ativos, pagamentos interrompidos e estudantes que não conseguem concluir o processo de inscrição. Informações sobre indeferimento e ausência de procura devem ser analisadas com

prudência, pois desistências podem refletir dificuldades de comunicação e documentação, não falta de necessidade. A política de permanência exige governança que combine sustentabilidade financeira, simplicidade de acesso e revisão de critérios diante de evidências (Brasil, 2024; Goin; Miranda, 2022).

4.5. Inclusão Social, Justiça Distributiva e Grupos com Necessidades Específicas

A permanência estudantil deve ser observada por uma lente distributiva. Uma redução da taxa global de evasão pode coexistir com agravamento entre estudantes de menor renda, pessoas com deficiência, moradores de áreas isoladas ou jovens com responsabilidades familiares. Indicadores agregados, portanto, precisam ser desagregados de forma ética e estatisticamente adequada, preservando dados sensíveis e evitando exposição de grupos pequenos. O objetivo da análise por perfis não é etiquetar estudantes como problemáticos, mas identificar barreiras que políticas uniformes podem ocultar. O debate sobre ações afirmativas no ensino médio integrado mostra a necessidade de acompanhar o percurso após o ingresso, sem considerar que a reserva de vagas encerra o compromisso público com a inclusão (Almeida; Oliveira, 2026).

O pertencimento à comunidade institucional integra essa perspectiva. Quando o estudante sente que sua origem social é desvalorizada, pode encontrar obstáculos de participação que não são resolvidos apenas com a parcela financeira. Práticas de acolhimento, orientação sobre direitos e canais de escuta podem prevenir situações de isolamento e melhorar a relação entre estudantes, profissionais e gestão. Em cursos técnicos, atividades de

laboratório, projetos integradores e eventos acadêmicos precisam ser organizados de modo a não pressupor que todos dispõem de recursos próprios para deslocamentos extras. A assistência estudantil pode facilitar o acesso, mas a inclusão depende também da transformação das práticas cotidianas da instituição (Soares; Amaral, 2022; Bonfim; Cavalcanti, 2026).

A situação de estudantes com deficiência exige avaliação de acessibilidade, disponibilidade de materiais adaptados e condições de deslocamento. Um apoio financeiro pode custear parte da logística, mas não substitui adaptações pedagógicas, recursos de tecnologia assistiva, atendimento especializado e atuação de equipes capacitadas. A relação entre essas dimensões impede que a instituição considere resolvida a demanda após conceder uma bolsa. Os estudos sobre inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro do Autismo no ensino médio integrado e sobre os efeitos de reformas curriculares para estudantes com deficiência ajudam a situar barreiras persistentes e a necessidade de responsabilidades institucionais compartilhadas (Souza; Pieczkowski; Vieira, 2025; Almeida; Melo, 2025).

Estudantes que conciliam formação e trabalho remunerado enfrentam escolhas relacionadas ao tempo e ao sustento. A análise da economia regional e da precarização do trabalho reforça que a educação profissional não está separada das formas concretas de inserção ocupacional. A bolsa pode reduzir a pressão imediata por ocupações incompatíveis com a rotina escolar, mas sua suficiência dependerá das condições familiares e do custo de vida. Nesse ponto, seria indevido prometer que o benefício eliminará a necessidade de trabalhar ou assegurará emprego ao final do curso. O resultado mais plausível e mensurável é a ampliação das condições de frequentar

atividades formativas e concluir a escolarização, devendo o acompanhamento ocupacional posterior constituir dimensão própria de pesquisa (Simonard *et al.*, 2025; Schramm; Silva, 2026).

A relação entre cursos ofertados e arranjos produtivos locais acrescenta outra variável de contexto. Um campus situado em região rural pode atender estudantes cuja família depende de trabalho sazonal e deslocamentos longos; em grandes cidades, os custos de transporte urbano e alimentação assumem outra configuração. Nesses casos, padronizar valores de auxílio sem diagnóstico pode produzir equidade apenas aparente. A gestão deve explicar como considera demandas territoriais e se dispõe de instrumentos para revisar parâmetros, inclusive mediante diálogo com estudantes e serviços públicos locais. Estudos sobre o vínculo entre cursos técnicos e arranjos produtivos mostram por que o planejamento da Educação Profissional e Tecnológica precisa examinar as condições regionais de oferta e participação (Carvalho; Zotti; Brandt, 2025).

4.6. Seleção Socioeconômica e Comunicação Institucional

A efetividade do apoio começa antes do pagamento, no momento em que o estudante toma conhecimento do programa e consegue inscrever-se. Editais escritos em linguagem excessivamente técnica, com períodos curtos e exigências documentais difíceis de cumprir, podem excluir precisamente quem apresenta maior vulnerabilidade. Uma política orientada a direitos precisa oferecer comunicação acessível, canais presenciais e digitais compatíveis com a realidade local e suporte para esclarecimento de dúvidas. A presença de servidores capazes de realizar avaliação social qualificada torna-se essencial em casos complexos. Procedimentos simplificados devem

preservar a análise contextual e mecanismos de recurso, para que agilidade não se traduza em decisões injustas (Goin; Miranda, 2022; Florencio; Lobregat, 2026).

A noção de justiça administrativa também abrange previsibilidade. Estudantes precisam saber quais modalidades existem, quais despesas são contempladas, como se comprovam as condições declaradas, quando serão divulgados resultados e o que fazer diante de indeferimento. A transparência não exige publicidade de dados pessoais; requer exposição dos critérios, dos prazos e das regras utilizadas, de forma compreensível. O acompanhamento dos canais de atendimento pode detectar dúvidas recorrentes, barreiras de inscrição e situações em que a informação chega tarde. Nessa etapa, medir a quantidade de solicitações atendidas é útil, mas deve ser combinado com verificação da resolutividade e do acesso de quem não possui conexão estável à internet (Santos; Mauerberg Junior, 2025).

O estudo socioeconômico exige reconhecer que documentos fiscais e cadastrais não capturam integralmente a vida cotidiana. Renda informal, trabalho sazonal, compartilhamento de moradia e despesas com cuidados podem demandar exame técnico específico. Ao mesmo tempo, a coleta de dados deve ser limitada ao necessário para a finalidade pública e conduzida com proteção da privacidade. A seleção não pode transformar a vulnerabilidade em exposição ou suspeita generalizada. Goin e Miranda (2022) assinalam as tensões do processo de trabalho do Serviço Social na assistência estudantil, contribuindo para reconhecer que a qualidade da análise é inseparável das condições institucionais em que ela ocorre.

Os dados produzidos na seleção podem, quando tratados de maneira agregada e adequada, apoiar planejamento. Informações sobre renda declarada, distância de deslocamento, composição familiar e demandas por modalidades específicas podem permitir avaliar cobertura e ajustar programas. Entretanto, a base administrativa não deve ser utilizada sem considerar sua origem: estudantes que não se inscrevem estão ausentes e podem ter vulnerabilidades invisíveis; respostas incompletas não devem ser interpretadas como inexistência de necessidade. Pesquisas locais que utilizem questionários ou entrevistas podem complementar os registros, desde que definam procedimentos éticos e explicitem o alcance das conclusões. A investigação sobre acesso à assistência a partir das perspectivas de estudantes e famílias oferece exemplo de abordagem centrada na experiência dos usuários (Oliveira, 2026).

A comunicação entre assistência e ensino precisa prever responsabilidades. Se o setor pedagógico identifica risco de abandono, deve haver encaminhamento apropriado sem exposição indevida de dados; se o setor social reconhece problema de aprendizagem, deve poder acionar apoio formativo com consentimento e informação suficiente. Uma política fragmentada pode multiplicar atendimentos sem produzir resposta efetiva. A coordenação institucional deve permitir acompanhamento longitudinal e revisão de medidas, evitando que cada área considere seu trabalho concluído apenas por encaminhar o estudante a outro setor. O estudo sobre monitoramento em cinco Institutos Federais reforça que fortalecer ferramentas e práticas avaliativas é requisito para uma assistência mais estratégica e menos reativa (Santos; Mauerberg Junior, 2025).

4.7. Avaliação de Resultados e Proposta de Indicadores

As fontes examinadas sugerem que a avaliação da assistência estudantil precisa explicitar a cadeia lógica da política. Inicialmente, a instituição identifica uma população potencialmente elegível e as barreiras que pretende enfrentar. Em seguida, seleciona modalidades de benefício, executa pagamentos ou oferece serviços e acompanha se a entrega ocorreu em tempo e condições adequados. Somente depois pode avaliar resultados intermediários, como redução de faltas por dificuldade material, e resultados educacionais, como progressão e conclusão. Se esses estágios não forem distinguidos, falhas de comunicação ou atrasos administrativos podem ser confundidos com falta de efetividade do desenho. A análise do monitoramento institucional oferece fundamento para uma matriz mais completa (Santos; Mauerberg Junior, 2025).

Os indicadores devem dialogar com a pergunta que cada programa busca responder. Para auxílio-transporte, seria pertinente acompanhar regularidade de deslocamento e faltas associadas à mobilidade; para alimentação, frequência de acesso às refeições e percepção de suficiência; para apoio à moradia, estabilidade habitacional e possibilidade de frequentar atividades; para auxílio didático, obtenção dos materiais necessários. Esses dados não provam, isoladamente, impacto educacional, mas permitem verificar se o mecanismo imediato da política está funcionando. Uma avaliação que mede apenas conclusão de curso pode demorar anos para identificar problemas de entrega que poderiam ser corrigidos em semanas. Recomenda-se combinar indicadores de processo, produto e resultado, com critérios consistentes entre períodos (Silva; Sampaio, 2022).

Para estimar efeito sobre a evasão, é necessário desenho metodológico que considere diferenças prévias entre beneficiários e não beneficiários. Beneficiários frequentemente são selecionados por maior vulnerabilidade; uma comparação simples de seus resultados pode subestimar efeitos protetivos ou atribuir ao programa problemas relacionados ao contexto inicial. Abordagens longitudinais, análise de coortes, pareamento ou outros desenhos adequados podem ser explorados em estudos futuros, desde que a qualidade das bases e as hipóteses sejam explicitadas. Esta pesquisa não executou tais procedimentos. Seu resultado é uma proposta de estrutura avaliativa, cuja utilidade depende de implementação, validação e acompanhamento institucional. A cautela metodológica é sustentada por revisões sobre políticas de permanência e por estudos com dados locais (Silva; Sampaio, 2022; Barbosa; Lobregat; Lobão, 2024).

Quadro 3. Matriz de monitoramento da assistência estudantil

Dimensão	**Pergunta avaliativa**	**Exemplo de medida**	**Cuidado metodológico**
Acesso	Quem consegue solicitar?	Procura, conclusão de inscrição e deferimento	Considerar não inscritos e barreiras digitais
Cobertura	Quantos necessitados são atendidos?	Beneficiários e demanda elegível estimada	Não confundir matrícula total com público elegível
Regularidade	O auxílio chega em tempo?	Dias até primeira parcela e interrupções	Separar atraso financeiro de calendário

Adequação	O apoio cobre a barreira?	Custo de transporte, alimentação e material	Examinar diferenças territoriais
Permanência	Há continuidade escolar?	Frequência, vínculo e progressão por coorte	Controlar perfil inicial dos grupos
Êxito	Como ocorre a conclusão?	Conclusão e tempo efetivo de curso	Não atribuir causalidade a correlação
Equidade	Quem segue com dificuldades?	Indicadores por perfil e campus	Resguardar dados e evitar rankings injustos

Fonte: *Elaboração própria a partir de Silva e Sampaio (2022), Santos e Mauerberg Junior (2025) e Brasil (2024a).*

A avaliação deve abranger também experiências de estudantes e famílias. Um auxílio considerado administrativamente regular pode ser percebido como insuficiente quando transporte, material e alimentação aumentam de custo; por outro lado, serviços institucionais podem reduzir gastos que não aparecem nas planilhas de pagamento. Entrevistas, questionários e escuta coletiva, quando conduzidos com método e proteção ética, podem explicar resultados quantitativos e identificar problemas pouco visíveis. A pesquisa sobre perspectivas de estudantes e famílias em Instituto Federal ilustra a relevância dessas interações para compreender condições de permanência e desenvolvimento, sem substituir análises de cobertura e orçamento (Oliveira, 2026).

Os dados nacionais do Censo Escolar fornecem contexto para observar matrículas e características da educação básica, mas não

identificam de forma direta e completa a trajetória individual de todos os beneficiários de auxílio estudantil. Sua utilização isolada, portanto, não responde à pergunta sobre impacto dos programas. A integração ética de informações administrativas locais com indicadores agregados pode ampliar a capacidade analítica, desde que existam definições consistentes, proteção de dados e documentação da qualidade das variáveis. As informações oficiais são ponto de partida para diagnóstico de oferta e não substituem o acompanhamento da política nos campi (Brasil, 2026a).

A desagregação por curso, campus e grupos de estudantes permite observar desigualdades que a média institucional pode esconder. Entretanto, indicadores precisam ser interpretados à luz do tamanho das amostras e do contexto de cada unidade, evitando rankings que desconsiderem vulnerabilidade inicial ou diferenças de oferta. Uma instituição que atende maior proporção de estudantes com necessidades complexas pode apresentar trajetórias mais difíceis, mesmo realizando trabalho de proteção social relevante. A governança de dados deveria promover aprendizagem institucional, e não responsabilização simplista dos profissionais ou estudantes. As informações da Plataforma Nilo Peçanha podem contribuir para análises agregadas da Rede Federal, desde que se distingam seus limites daqueles dos dados internos de assistência (Brasil, 2026b).

O acompanhamento deve prever devolutiva pública acessível: critérios utilizados, recursos disponíveis, modalidades concedidas, dificuldades de execução, resultados observados e medidas de aprimoramento. Publicar apenas valores totais pode afastar estudantes da compreensão de seus direitos; divulgar dados pessoais, em contrapartida, viola a proteção necessária. Um relatório anual agregado pode apoiar gestão, órgãos de controle e

participação estudantil, contanto que os resultados sejam discutidos e utilizados para melhorar a política. O acompanhamento público da assistência estudantil pelo TCU constitui lembrança de que transparência e avaliação devem alcançar não somente regularidade financeira, mas também capacidade de realização dos objetivos da política, respeitando o escopo de cada avaliação (Tribunal de Contas da União, 2026).

4.8. Síntese Crítica e Agenda de Aprimoramento Institucional

A análise permite sintetizar um argumento central: a assistência estudantil tem maior potencial quando funciona como componente articulado de uma política institucional de permanência, e não como resposta episódica à falta de renda. Bolsas e auxílios podem tornar a presença cotidiana na instituição materialmente viável, mas dependem de continuidade, suficiência, critérios justos e integração com o ensino. A evidência recente sustenta a importância dos apoios e destaca obstáculos de planejamento e acompanhamento; não autoriza, entretanto, atribuir um percentual nacional de redução da evasão a modalidades específicas sem estudos comparáveis. Essa distinção protege a qualidade científica da discussão e orienta expectativas realistas de gestão (Costa *et al.*, 2026; Santos; Mauerberg Junior, 2025).

Uma primeira frente de aprimoramento consiste em antecipar a identificação de necessidades e reduzir a distância entre matrícula e apoio efetivo. Isso envolve acolhimento inicial, canais claros de solicitação, possibilidade de auxílio emergencial e procedimentos de revisão. A seleção deve manter critérios verificáveis sem impor exigências incompatíveis com a realidade de famílias em vulnerabilidade. Ao mesmo tempo, dados administrativos precisam

permitir identificar estudantes que iniciaram a inscrição e não a concluíram, pedidos indeferidos e demandas sem cobertura. O monitoramento dessas etapas fornece informações para agir antes de ocorrer a interrupção dos estudos. Os estudos do IFAC sobre planejamento e cotas reforçam a importância de integrar seleção socioeconômica e acompanhamento do percurso acadêmico (Barbosa; Lobregat, 2024).

Uma segunda frente é a combinação entre transferência de recursos e serviços institucionais. Transporte, alimentação, apoio pedagógico, acessibilidade e acolhimento psicossocial não constituem soluções intercambiáveis: respondem a necessidades diferentes e podem ser complementares. O planejamento deve justificar a escolha das modalidades e considerar custos locais, horários das atividades e disponibilidade de infraestrutura. A valorização de equipes multiprofissionais não dispensa definição de responsabilidades nem autoriza o repasse indiscriminado de tarefas administrativas. A permanência exige coordenação institucional e respeito às atribuições técnicas, para que a trajetória do estudante seja acompanhada sem fragmentação ou exposição indevida (Soares; Amaral, 2022; Goin; Miranda, 2022).

Uma terceira frente envolve orçamento e prestação de contas orientada a resultados. Além de registrar gastos, é necessário identificar demanda não atendida, suficiência dos valores e regularidade das parcelas, relacionando esses elementos com permanência e conclusão por coortes. A transparência deve trazer informações compreensíveis e comparáveis sem reduzir o desempenho da política a rankings. Recomenda-se que a produção de dados agregados inclua oportunidades de participação dos estudantes, representantes de equipes e gestão. A

institucionalização de uma cultura de avaliação pode auxiliar a negociar recursos e melhorar decisões, especialmente diante de desigualdades regionais e limitações financeiras persistentes (Tribunal de Contas da União, 2024; Santos; Mauerberg Junior, 2025).

Por fim, a análise evidencia a necessidade de separar efeitos educacionais de resultados ocupacionais. Concluir um curso técnico pode ampliar oportunidades, mas a inserção em trabalho digno depende de condições econômicas que extrapolam a assistência estudantil. A política de auxílio deve ser valorizada por permitir o exercício do direito à educação, sem que sua legitimidade fique condicionada a promessas de empregabilidade automática. Pesquisas sobre egressos, formação profissional e mundo do trabalho podem complementar avaliações futuras da permanência, respeitando a diferença entre educação como direito e emprego como resultado social complexo (Santos; Rocha, 2025; Scapin *et al.*, 2025; Simonard *et al.*, 2025).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo analisou a importância de bolsas e auxílios educacionais para a permanência de estudantes de baixa renda nos Institutos Federais, articulando evidências bibliográficas recentes e documentos institucionais e normativos. A análise indica que a assistência material contribui para enfrentar obstáculos cotidianos de transporte, alimentação, moradia, acesso a materiais e participação em atividades acadêmicas. Sua relevância decorre da capacidade de aproximar o direito formal à educação das condições efetivas de frequentar e concluir os estudos. A concessão do apoio, entretanto, não constitui garantia isolada de êxito, porque o

percurso educacional também depende de práticas pedagógicas, acolhimento, acessibilidade e relações sociais.

A Lei nº 14.914/2024 fortalece o marco de proteção da permanência na educação profissional e superior pública federal, mas sua efetividade depende de execução e acompanhamento. A pesquisa destacou que a existência de programas não informa, por si só, se os valores são suficientes, se os pagamentos ocorrem em tempo adequado e se as necessidades dos estudantes não contemplados são identificadas. O financiamento, os critérios de seleção, a comunicação institucional e a articulação entre assistência e ensino integram, portanto, a qualidade da política, exigindo mecanismos transparentes de gestão e avaliação.

Os estudos sobre o Instituto Federal do Acre oferecem contribuição específica ao demonstrar a importância de analisar ações afirmativas, auxílio socioeconômico e trajetória escolar de maneira integrada. A evidência local também revela desafios no planejamento e no acompanhamento dos estudantes após o ingresso. Esses resultados são pertinentes à discussão nacional, mas não devem ser generalizados automaticamente para todos os campi ou convertidos em medidas causais sem desenho avaliativo apropriado. A diversidade territorial e a coexistência de diferentes níveis de ensino exigem diagnósticos específicos e decisões proporcionais às condições de cada instituição.

Como contribuição analítica, propôs-se distinguir permanência administrativa, pedagógica e social e estruturar o acompanhamento por indicadores de acesso, regularidade, adequação, cobertura e resultados educacionais. Essa combinação favorece uma avaliação que não confunde quantidade de bolsas concedidas com realização

integral do direito à educação. A experiência dos estudantes e das famílias deve complementar registros administrativos, assegurando participação e proteção de informações pessoais. A política torna-se mais robusta quando os dados produzidos orientam revisão de valores, prazos e modalidades, em vez de servir apenas à prestação de contas formal.

As limitações desta investigação decorrem do caráter bibliográfico e documental, da heterogeneidade das pesquisas consultadas e da ausência de microdados longitudinais capazes de estimar o efeito líquido das bolsas sobre evasão e conclusão. Não foram realizadas observações de campo ou entrevistas originais, e a revisão não constitui levantamento exaustivo com protocolo de revisão sistemática. Para estudos futuros, recomenda-se acompanhar coortes de estudantes, comparar resultados com controle de vulnerabilidades iniciais, avaliar suficiência material dos auxílios e investigar diferenças entre campi, modalidades de curso e grupos sociais, sem reduzir a experiência educacional a uma variável isolada.

Conclui-se que bolsas e auxílios são instrumentos relevantes para a permanência de estudantes de baixa renda nos Institutos Federais, especialmente quando se articulam a financiamento estável, seleção justa, acompanhamento pedagógico e gestão participativa. Sua importância não reside apenas em evitar o desligamento escolar, mas em contribuir para que estudantes possam vivenciar a formação pública em condições mais equitativas. Reconhecer essa contribuição, sem exagerar a causalidade atribuível aos benefícios, é condição para aprimorar a política de assistência estudantil e fortalecer o compromisso dos Institutos Federais com inclusão, formação integral e justiça social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Georgia Bulian Souza; MELO, Douglas Christian Ferrari de. A contrarreforma do Ensino Médio e a BNCC: impactos para o direito de aprender de estudantes com deficiência na Educação Profissional e Tecnológica no Ifes. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica,** 2025. DOI: 10.15628/rbept.2025.18143. Disponível em: https://doi.org/10.15628/rbept.2025.18143. Acesso em: 16 out. 2026.

ALMEIDA, Marcilene Dias Bruno de; OLIVEIRA, João Ferreira de. Ações afirmativas no Ensino Médio Integrado: proposições, alcances e resultados. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica,** 2026. DOI: 10.15628/rbept.2026.16947. Disponível em: https://doi.org/10.15628/rbept.2026.16947. Acesso em: 21 out. 2026.

BARBOSA, Lorena Rodrigues; LOBÃO, Mario Sérgio Pedroza. Assistência estudantil no Instituto Federal do Acre: um olhar a partir dos documentos institucionais. **Inter-Ação,** v. 48, n. 1, 2023. DOI: 10.5216/ia.v47i3.74778. Disponível em: https://doi.org/10.5216/ia.v47i3.74778. Acesso em: 14 out. 2026.

BARBOSA, Lorena Rodrigues; LOBREGAT, Maria Cristina; LOBÃO, Mario Sérgio Pedroza. Lei de cotas e assistência estudantil no Instituto Federal do Acre: análise das taxas de permanência e êxito nos cursos do ensino médio integrado (Campus Rio Branco). **Vértices,** v. 25, n. 3, e25320745, 2024. DOI: 10.19180/1809-2667.v25n32023.20745. Disponível em: https://doi.org/10.19180/1809-2667.v25n32023.20745. Acesso em: 18 out. 2026.

BARBOSA, Lorena Rodrigues; LOBREGAT, Maria Cristina. Planejamento e execução das políticas de assistência estudantil para

alunos cotistas: desafios a serem enfrentados. **Revista Sítio Novo,** v. 8, n. 2, p. 26-43, 2024. DOI: 10.47236/2594-7036.2024.v8.i2.26-43p. Disponível em: https://doi.org/10.47236/2594-7036.2024.v8.i2.26-43p. Acesso em: 23 out. 2026.

BONFIM, Cristiani Hembecker; CAVALCANTI, Alberes de Siqueira. O currículo integrado como elo entre equipes multiprofissionais e docentes na construção do Ensino Médio Integrado. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica,** 2026. DOI: 10.15628/rbept.2026.16656. Disponível em: https://doi.org/10.15628/rbept.2026.16656. Acesso em: 20 out. 2026.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar da Educação Básica 2025:** notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2026a. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_escolar_da_educacao_basica_2025.pdf. Acesso em: 15 out. 2026.

BRASIL. **Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023.** Altera a Lei de Cotas e aperfeiçoa o sistema de reserva de vagas na educação federal. Brasília, DF: Presidência da República, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14723.htm. Acesso em: 22 out. 2026.

BRASIL. **Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024.** Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Brasília, DF: Presidência da República, 2024a. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2024/lei-14914-3-julho-2024-795887-normaatualizada-pl.html. Acesso em: 17 out. 2026.

BRASIL. **Lei nº 14.945, de 31 de julho de 2024.** Altera diretrizes do ensino médio. Brasília, DF: Presidência da República, 2024b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/l14945.htm. Acesso em: 24 out. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plataforma Nilo Peçanha:** dados e informações da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Brasília, DF: MEC, 2026b. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/pnp. Acesso em: 19 out. 2026.

CÂMARA, Rodrigo Siqueira; DUARTE, Newton; ANJOS, Ricardo Eleutério dos. Transição escolar e evasão no ensino médio integrado dos institutos federais: contribuições da psicologia histórico-cultural. **Educação (Santa Maria),** 2026. DOI: 10.5902/1984644493625. Disponível em: https://doi.org/10.5902/1984644493625. Acesso em: 16 out. 2026.

CARDOSO, Luiz Mário Lopes; SOUZA, Heloisia Carneiro de; CARDOSO, Flávio Manoel Coelho Borges; LIMA, Emmanuela Ferreira de; NOLL, Matias. Educação profissional e ensino médio integrado: considerações a partir da Base Nacional Comum Curricular. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica,** 2025a. DOI: 10.15628/rbept.2025.15745. Disponível em: https://doi.org/10.15628/rbept.2025.15745. Acesso em: 22 out. 2026.

CARDOSO, Luiz Mário Lopes; SOUZA, Heloisia Carneiro de; CARDOSO, Flávio Manoel Coelho Borges; NOLL, Matias. Ensino Médio Integrado no Brasil: uma possibilidade para superar a dualidade histórica da educação profissional. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica,** 2025b. DOI:

10.15628/rbept.2025.18178. Disponível em: https://doi.org/10.15628/rbept.2025.18178. Acesso em: 15 out. 2026.

CARIDÁ, Ana Carolina Bordini Brabo; LIMA FILHO, Domingos Leite. A contrarreforma da educação profissional na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: orientações para a desintegração do Ensino Médio Integrado. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica,** 2025. DOI: 10.15628/rbept.2025.18132. Disponível em: https://doi.org/10.15628/rbept.2025.18132. Acesso em: 20 out. 2026.

CARVALHO, Mateus Testoni; ZOTTI, Solange Aparecida; BRANDT, Andressa Graziele. A relação dos arranjos produtivos locais e os cursos técnicos integrados: o caso do Instituto Federal Catarinense – Campus Camboriú. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica,** 2025. DOI: 10.15628/rbept.2025.16800. Disponível em: https://doi.org/10.15628/rbept.2025.16800. Acesso em: 14 out. 2026.

CARVALHO, Nádia Batista de; MORORÓ, Leila Pio. O princípio da verticalização do ensino e o trabalho docente nos Institutos Federais. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica,** 2026. DOI: 10.15628/rbept.2026.16245. Disponível em: https://doi.org/10.15628/rbept.2026.16245. Acesso em: 23 out. 2026.

CASTAMAN, Ana Sara; SOUZA, Francisco das Chagas Silva; BRITO, Leonardo Leonidas de. Ensino Médio Integrado e formação docente: estudo de artigos da Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica,** 2025. DOI: 10.15628/rbept.2025.18277. Disponível em: https://doi.org/10.15628/rbept.2025.18277. Acesso em: 18 out. 2026.

COSTA, Adriane Duarte Amorim *et al.* Assistência estudantil e permanência acadêmica nos Institutos Federais: revisão integrativa. **Rebena: Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem,** v. 14, p. 702-710, 2026. DOI: 10.5281/zenodo.20563754. Disponível em: https://rebena.emnuvens.com.br/revista/article/view/702. Acesso em: 21 out. 2026.

DAROS, M. A. Expansão para quem? Institutos Federais e acesso à educação em perspectiva. **Serviço Social & Sociedade,** n. 146, e6628346, 2023. DOI: 10.1590/0101-6628.346. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0101-6628.346. Acesso em: 17 out. 2026.

FERREIRA, Priscilla Antunes; MARTINS, Edna. Expectativas de famílias e de estudantes do Ensino Médio Integrado sobre escolarização e projetos de futuro. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica,** 2025. DOI: 10.15628/rbept.2025.18025. Disponível em: https://doi.org/10.15628/rbept.2025.18025. Acesso em: 24 out. 2026.

FLORENCIO, Giovani da Silva; LOBREGAT, Maria Cristina. Assistência Estudantil e Educação Profissional e Tecnológica: políticas, desafios e impactos. **Vértices,** v. 28, n. 1, 2026. DOI: 10.19180/1809-2667.v28n12026.23499. Disponível em: https://doi.org/10.19180/1809-2667.v28n12026.23499. Acesso em: 19 out. 2026.

GOIN, Marileia; MIRANDA, Adriana de Melo. Atribuições privativas, estudo socioeconômico e serviço social: o trabalho profissional na assistência estudantil. **Revista Katálysis,** 2022. DOI: 10.1590/1982-0259.2022.e84460. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e84460. Acesso em: 15 out. 2026.

INSTITUTO FEDERAL DO ACRE. **A política de assistência estudantil como estratégia de permanência e êxito no ensino superior tecnológico:** um estudo com foco nos editais de auxílio-permanência e passe estudantil do IFAC – Campus Rio Branco. Repositório Institucional do IFAC, 2025. Disponível em: https://repositorio.ifac.edu.br/jspui/handle/123456789/350. Acesso em: 22 out. 2026.

INSTITUTO FEDERAL DO PARÁ. **Edital nº 001/2024 – Auxílio Permanência, Campus Parauapebas.** Parauapebas: IFPA, 2024. Disponível em: https://parauapebas.ifpa.edu.br/ultimas-noticias/468-edital-n-001-2024-auxilio-permanencia. Acesso em: 16 out. 2026.

JANUÁRIO, Iara de Souza; GEGLIO, Paulo César. Percepção dos estudantes da educação profissional e tecnológica sobre o auxílio estudantil. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica,** v. 2, n. 25, e17209, 2025. DOI: 10.15628/rbept.2025.17209. Disponível em: https://doi.org/10.15628/rbept.2025.17209. Acesso em: 20 out. 2026.

MORAES, Patricia Maccarini. Análises sobre a permanência estudantil nos Institutos Federais de Educação. **Educação & Realidade,** v. 48, e123541, 2023. DOI: 10.1590/2175-6236123541vs01. Disponível em: https://doi.org/10.1590/2175-6236123541vs01. Acesso em: 14 out. 2026.

NIEROTKA, R. L.; BONAMINO, A. M. C. de. Conclusão de curso no ensino superior: um olhar sobre ingressantes das camadas populares na Universidade Federal da Fronteira Sul. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos,** v. 104, e5224, 2023. DOI: 10.24109/2176-6681.rbep.104.5224. Disponível em:

https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.104.5224. Acesso em: 23 out. 2026.

OLIVEIRA, Lilian Aparecida Carneiro. **Acesso à política de assistência estudantil em um Instituto Federal:** uma análise a partir das perspectivas de discentes e suas famílias. 2026. Dissertação – Universidade Federal de Viçosa, 2026. Disponível em: https://locus.ufv.br/items/79c8a39d-b9b1-42aa-9b31-0d2503a1007f. Acesso em: 18 out. 2026.

OLIVEIRA, Maria da Conceição de; SILVA, Suzana Firmino da. Política Nacional de Educação Profissional e Tecnológica: uma análise do arcabouço legal no Brasil no contexto neoliberal. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica,** 2025. DOI: 10.15628/rbept.2025.16696. Disponível em: https://doi.org/10.15628/rbept.2025.16696. Acesso em: 21 out. 2026.

OLIVEIRA, Ramon de. O que dizem as pesquisas sobre as experiências de Ensino Médio Integrado nas escolas públicas estaduais? **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica,** 2024. DOI: 10.15628/rbept.2024.17114. Disponível em: https://doi.org/10.15628/rbept.2024.17114. Acesso em: 17 out. 2026.

OLIVEIRA, Tiago Fávero de; CORREA FILHO, Itamar de Oliveira. Ensino Médio Integrado no Brasil: o desafio de implementar a utopia. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica,** 2026. DOI: 10.15628/rbept.2026.18155. Disponível em: https://doi.org/10.15628/rbept.2026.18155. Acesso em: 24 out. 2026.

PEIXOTO, Maria Carolina Gomes; MONSUETO, Sandro Eduardo; SILVA, Júlio Orestes da; PIMENTA, Daiana Paula. Evasão escolar na educação profissional e efeito vizinhança: uma análise para a rede

pública de Goiás. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica,** 2026. Disponível em: https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/16420. Acesso em: 19 out. 2026.

PEREIRA, Tulyana Coutinho Bento; SILVA, Maria do Rosário de Fátima e. Assistência estudantil e democratização da educação no Brasil e no IFPI. **Revista FSA,** v. 20, n. 6, p. 236-262, 2023. DOI: 10.12819/2023.20.6.11. Disponível em: https://doi.org/10.12819/2023.20.6.11. Acesso em: 16 out. 2026.

RIBEIRO, Lucilene Batista; CARDOSO, Flávio Manoel Coelho Borges. A organização curricular no ensino técnico integrado ao ensino médio: o caso do curso técnico em Meio Ambiente do Instituto Federal Goiano, Campus Ceres. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica,** 2025. DOI: 10.15628/rbept.2025.15556. Disponível em: https://doi.org/10.15628/rbept.2025.15556. Acesso em: 22 out. 2026.

SANTOS, Alex Braz Iacone; ROCHA, Marcelo Borges. Perfil dos egressos do Curso Técnico em Meio Ambiente do Colégio Técnico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro: um acompanhamento reflexivo. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica,** 2025. DOI: 10.15628/rbept.2025.15352. Disponível em: https://doi.org/10.15628/rbept.2025.15352. Acesso em: 15 out. 2026.

SANTOS, Jéssica Cristina Pereira; MAUERBERG JUNIOR, Arnaldo. Como a assistência estudantil está sendo monitorada em institutos federais? **Estudos em Avaliação Educacional,** v. 36, e11723, 2025. DOI: 10.18222/eae.v36.11723. Disponível em: https://doi.org/10.18222/eae.v36.11723. Acesso em: 20 out. 2026.

SCAPIN, Gislei José; ALVARENGA, Mirian Vargas de; MARTINS, Alcir Luciany Lopes; FERREIRA, Liliana Soares. Os movimentos de sentidos sobre o tema da qualificação no mundo do trabalho: uma análise das políticas públicas para a educação profissional e tecnológica. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica,** 2025. DOI: 10.15628/rbept.2025.18159. Disponível em: https://doi.org/10.15628/rbept.2025.18159. Acesso em: 14 out. 2026.

SCHRAMM, Gabrielli Ornellas; SILVA, Mirna Ribeiro Lima da. Ensino Médio Integrado e o mundo do trabalho na modernidade líquida: olhares de jovens estudantes. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica,** 2026. DOI: 10.15628/rbept.2026.18673. Disponível em: https://doi.org/10.15628/rbept.2026.18673. Acesso em: 23 out. 2026.

SENA NETO, Bernardino Galdino de; TAVARES, Andrezza Maria Batista do Nascimento. O aspecto formativo do conselho de classe do IFRN Campus Caicó. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica,** 2026. DOI: 10.15628/rbept.2026.16105. Disponível em: https://doi.org/10.15628/rbept.2026.16105. Acesso em: 18 out. 2026.

SILVA, Heitor Pereira França da; ALENCAR, Müller Alves; SANTOS, Marcelo Henrique Pereira dos. Avaliação da política pública de assistência estudantil na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: a situação do IFSertão-PE em 2021. **ID on Line: Revista de Psicologia,** v. 18, n. 71, p. 34-48, 2024. DOI: 10.14295/idonline.v18i71.3987. Disponível em: https://doi.org/10.14295/idonline.v18i71.3987. Acesso em: 21 out. 2026.

SILVA, Márcia Rogéria Pereira Leite; OLIVEIRA, Ana Flávia de Morais; PILATTI, Luiz Alberto. Evasão escolar em cursos técnicos no IFTO,

campus Araguaína: análise comparativa dos períodos pré e pós-pandemia de covid-19. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica,** 2025. DOI: 10.15628/rbept.2025.18128. Disponível em: https://doi.org/10.15628/rbept.2025.18128. Acesso em: 17 out. 2026.

SILVA, Polyana Tenório de Freitas e; SAMPAIO, Luciano Menezes Bezerra. Políticas de permanência estudantil na educação superior: reflexões de uma revisão da literatura para o contexto brasileiro. **Revista de Administração Pública,** v. 56, n. 5, p. 603-631, 2022. DOI: 10.1590/0034-761220220034. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0034-761220220034. Acesso em: 24 out. 2026.

SIMONARD, Pedro; BARROS, Albani; NUNES, Geórgia Valéria Andrade Loureiro; TEIXEIRA, Kely. Educação profissional e tecnológica e a precarização do trabalho no Brasil. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica,** 2025. DOI: 10.15628/rbept.2025.15459. Disponível em: https://doi.org/10.15628/rbept.2025.15459. Acesso em: 19 out. 2026.

SOARES, Priscila da Silva; AMARAL, Cledir de Araújo. A assistência estudantil no processo educacional: possibilidades de atuação. **Educação e Pesquisa,** v. 48, e238181, 2022. DOI: 10.1590/S1678-4634202248238181. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1678-4634202248238181. Acesso em: 15 out. 2026.

SOUSA, Maria da Graça do Nascimento de; ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima. Assistência estudantil: uma política social na Educação Profissional e Tecnológica. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica,** 2026. DOI: 10.15628/rbept.2026.18603. Disponível em: https://doi.org/10.15628/rbept.2026.18603. Acesso em: 22 out. 2026.

SOUZA, Everton de; PIECZKOWSKI, Tania Mara Zancanaro; VIEIRA, Marilandi Maria Mascarello. Inclusão/exclusão de estudantes com Transtorno do Espectro do Autismo em cursos de Ensino Médio Integrado. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica,** 2025. DOI: 10.15628/rbept.2025.18041. Disponível em: https://doi.org/10.15628/rbept.2025.18041. Acesso em: 16 out. 2026.

SOUZA, Everton de; VIEIRA, Marilandi Maria Mascarello. Acesso, permanência e êxito escolar no Ensino Médio Integrado. **Revista Educação e Políticas em Debate,** v. 14, n. 2, p. 1-16, 2025. DOI: 10.14393/REPOD-v14n2a2025-74912. Disponível em: https://doi.org/10.14393/REPOD-v14n2a2025-74912. Acesso em: 20 out. 2026.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Assistência estudantil nas instituições federais de ensino:** acompanhamento da Lista de Alto Risco. Brasília, DF: TCU, 2026. Disponível em: https://sites.tcu.gov.br/listadealtorisco/assistencia_estudantil_nas_instituicoes_federais_de_ensino.html. Acesso em: 14 out. 2026.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Lista de Alto Risco da Administração Pública Federal 2024:** assistência estudantil nas instituições federais de ensino. Brasília, DF: TCU, 2024. Disponível em: https://portal.tcu.gov.br/data/files/55/C0/B5/DD/2B293910FDB48339E18818A8/Lista%20de%20Alto%20Risco%20da%20Administracao%20Publica%20Federal%202024.pdf. Acesso em: 23 out. 2026.

ZANOTELLI, Paula Maria; FISCHER, Maria Clara Bueno. Experiências de assistência estudantil nos Institutos Federais: estado do conhecimento da produção acadêmica no Brasil (2010-2024). **Revista Eventos Pedagógicos,** 2026. DOI: 10.30681/reps.v17i1.14199.

Disponível em: https://doi.org/10.30681/reps.v17i1.14199. Acesso em: 18 out. 2026.

---

[1] Mestre em Letras: Linguagem e Identidade (UFAC); licenciado em Pedagogia (PROMINAS); bacharel em Ciências Sociais (UFAC). Instituto Federal do Acre (IFAC). E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail. ORCID: https://orcid.org/0009-0007-0155-0273.